



**DifUSÃO**

REVISTA DE EXTENSÃO, ARTE E CULTURA  
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Nº 04 - 2019 - Vol. 01

ISSN 2527-032X (online)

ISSN 2965-1638 (impressa)

***Nyg Kuita***

***A força da mulher Kaingang***



**Imagem de Capa:**  
Jaciele Nyg Kuita Fidelis  
Fotografia: Cleber Kronun

# EDITORIAL



A Revista Difusão, é uma ação da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - PROEPPPI, por meio da Diretoria de Extensão, Arte e Cultura - DIEXT, e com o apoio da Editora do IFPR, que pretende estimular e divulgar as ações de Extensão, Arte e Cultura da instituição. A publicação é contempla relatos de experiência das atividades desenvolvidas nos projetos do IFPR.

Destaca-se em nossa instituição o entendimento da extensão com um processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico. Este deve promover, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o IFPR e a sociedade. Não obstante estão as ações relacionadas à Arte e Cultura.

As ações de extensão possuem caráter multidisciplinar, e possibilitam a promoção do compartilhamento mútuo de setores da instituição e da sociedade. Segundo as diretrizes propostas pela Política Nacional de Extensão: Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

Nesta perspectiva, os projetos desenvolvidos no IFPR, possuem compromisso com a integração do processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) às demandas da sociedade (Extensão). Constituem-se como espaços de construção e troca de conhecimentos, além de contribuir significativamente para a formação integral do estudante. Há ainda, grande preocupação com o despertar para a consciência social, artística, cultural, ambiental e política, percebida nos resultados alcançados. Estas questões aqui apontadas convergem com a Missão do IFPR:

*Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional (PDI 2019-2023, p.23).*

Dessa forma, e com grande alegria lançamos a edição da Revista Difusão 2019. Nela constam relatos de projetos premiados no Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná - SE 2 PIN 2018. Vem conferir e conhecer um pouco daquilo que sabemos fazer: educação pública com qualidade social!

Boa leitura!

**Mônica Luiza Simião Pinto**

Diretora de Extensão, Arte e Cultura

Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação



## PROEPPPI

Pró-Reitoria de Extensão,  
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

### INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

*Reitor*

Odacir Antônio Zanatta

*Pró-Reitor de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*

Marcelo Estevam

*Pró-Reitor de Ensino*

Amarildo Pinheiro Magalhães

*Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional*

Paulo Tetuo Yamamoto

*Pró-Reitor de Administração*

Carlos Eduardo Fonini Zanatta

*Pró-Reitora de Gestão de Pessoas*

Eliane Aparecida Mesquita

*Diretora de Extensão, Inclusão e Cultura*

Mônica Luiza Simião Pinto

*Coordenadora de Políticas de Extensão*

Samanta Ramos dos Santos Leske

*Assistente em Administração*

Josiane Maria Poleski

*Técnica em Assuntos Educacionais*

Soraya Colares Leão Carvalho

*Diagramação*

Jeferson Miranda Antunes

**Difusão Revista de Extensão, Arte e Cultura -  
Instituto Federal do Paraná  
Nº 04 - 2019 - Vol. 01  
ISSN 2527-032X (online)  
ISSN 2965-1638 (impresa)**

**Instituto Federal do Paraná**

Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Diretoria de Extensão, Arte e Cultura

Rua Emílio Bertolini, 54, Cajuru - Curitiba/PR

reitoria.ifpr.edu.br | diext.proepi@ifpr.edu.br

*O conteúdo dos relatos é de responsabilidade dos autores.*

**Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.**



A democracia e a representatividade feminina no século XXI, na vivência de mulheres em cargos eletivos no interior do Paraná: Umuarama e Cruzeiro do Oeste

Ações de Sensibilização Ambiental na Escola Municipal São Francisco de Assis - Umuarama/PR



Biblioterapia - Criando Laços com Livros

Civilizações em conflito: os povos indígenas e as políticas de Governo do Paraná (1853-1930)



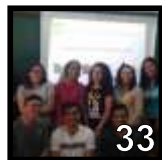
Condução de grupos de terceira idade pelo Parque Municipal São Francisco de Assis: um rico espaço de troca de saberes entre estudantes condutores e visitantes

Curso de formação continuada para professores de Física e Ciências das Escolas Públicas Estaduais da região de Telêmaco Borba



Entrevista: Nyg Kuita

IF TRANSPARENTE: Fomento à participação ativa da sociedade



Jogos e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) uma relação sexualmente responsável



Técnico em Saúde Bucal: Projeto de extensão e a oportunidade da praxis, integração assistência e processo ensino-aprendizagem

Poesiando – Saraus e resistência poética



# A DEMOCRACIA E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO SÉCULO XXI

## VIVÊNCIA DE MULHERES EM CARGOS ELETIVOS NO INTERIOR DO PARANÁ: UMUARAMA E CRUZEIRO DO OESTE

Autores(as): Ana Letícia Stori Mendes; Rafael Egídio Leal e Silva; Guilherme Liegel Leopold

Palavras-chave: Política. Gênero. Mulheres.

O trabalho intitulado “A democracia e a representatividade feminina no século XXI, na vivência de mulheres em cargos eletivos no interior do Paraná: Umuarama e Cruzeiro do Oeste” corresponde a uma iniciativa de investigação do quantitativo de mulheres participantes do cenário político em geral e especificamente nas cidades de Cruzeiro do Oeste e Umuarama, municípios distantes cerca de 30 quilômetros entre si. Essa proposta surgiu a partir de dois projetos de pesquisa independentes, que serviram de base teórica e inspiratória para o atual, sendo eles: “Por uma história local da participação feminina política: as mulheres na câmara de Cruzeiro do Oeste - PR” e “Mulheres candidatas ao cargo de vereador de Umuarama nas eleições de 2016: expectativas e perspectivas da participação feminina na política”, sendo realizados no Campus Umuarama.

Este trabalho justifica-se pela baixa participação das mulheres na política, e isso se deve ao fato de que o homem sendo um ser “público”, seu lugar na sociedade é nas lideranças, enquanto a mulher é vista com o dever da submissão. Assim, acaba por ser associada com o lar, família, o cuidado com os filhos, se tornando um ser “particular”, não notado pela sociedade. Sendo de extrema importância o estudo e uma análise aprofundada acerca desta participação, tendo em vista que, em sociedades regidas por matrizes culturais atravessadas por relações assimétricas de gênero, é um desafio para as mulheres destacarem-se em um universo predominantemente masculino, como é a política.

Mediante o objetivo inicial do projeto, que é a ressaltar a importância da participação das mulheres em cargos políticos, compreendendo suas perspectivas e expectativas, tornou-se necessária a realização de entrevistas individuais com as vereadoras dos municípios.

Buscou-se analisar e comparar as diferentes situações, tendo em vista que, mesmo sendo cidades vizinhas, estas apresentam variadas e distintas experiências.

O recorte definido para a realização do projeto corresponde à diferença entre gêneros, que vem influenciando cada vez mais em nossa sociedade, interferindo diretamente em cargos representativos e/ou de lideranças. Esse fato deve-se à construção de uma representação de figura feminina e masculina vinda de muitos séculos no decurso civilizatório. Nesse contexto, o homem é entendido como o líder da casa, provedor da economia do lar, representando o espaço público da sociedade, enquanto a mulher está submissa a ele, sendo responsável pela casa, pelos filhos, sendo a provedora do amor, relacionada então com o cenário privado da sociedade. Esses estereótipos concedidos às mulheres têm sido causadores das inúmeras dificuldades por elas hoje enfrentadas, como o árduo trabalho para se encaixar no espaço público. Infelizmente, a mulher ainda encontra barreiras para se “encaixar” nos cenários sociais, principalmente no que tange a participação de cargos eletivos. Em nenhuma esfera da vida social a participação de mulheres e homens é tão desigual como no exercício do poder: ainda que as mulheres sejam mais da metade da população nacional, sua representatividade na política está muito aquém dos 50% (cinquenta por cento). A exclusão da mulher na vida política é um reflexo da exclusão da mulher na sociedade e na ausência de seu reconhecimento como sujeito, baseado em grande medida no predomínio da figura do homem, seja no aspecto social, político ou econômico (VAZ, 2008). Por isso, não podemos deixar de considerar as barreiras sociais invisíveis que dificultam que a mulher se torne efetivamente uma agente política em igualdade de condições nas disputas eleitorais.

Assim, considerando tais aspectos, a mulher tem lutado para garantir seu espaço neste cenário, mesmo que para isso tenha que se moldar, atribuindo algumas características a qual não a pertence para conquistar uma candidatura, por exemplo.

Para a realização da atividade foi proposto inicialmente o levantamento de referencial teórico a respeito das categorias norteadoras, com destaque para: gênero e política, ao qual enfocou-se especialmente a questão urbana nacional.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas para estabelecer o perfil das mulheres eleitas

em cargos políticos em Cruzeiro do Oeste-PR e Umuarama-PR, a partir do ano 2000, bem como conhecer a vivência dessas mulheres neste cenário e reconhecer suas expectativas. As entrevistas foram gravadas, sendo previamente apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo a ética da pesquisa, em termos de sigilo das informações e também para uso dos dados, caso necessários em publicações decorrentes. Dentre os questionamentos realizados a elas, encontram-se os principais abaixo:



Imagem: Freepik

- ✓ Como foi sua trajetória pessoal antes da candidatura?
- ✓ Como foi sua vida escolar?
- ✓ Em relação à sua família de origem, você percebe alguma influência de seus progenitores para que você fosse exercer um cargo político?
- ✓ Qual é o seu partido? Há quanto tempo está atuando no mesmo? E por que o escolheu?
- ✓ É casada? Como marido e filho(s) enxergam o fato de você ter optado pela carreira na política?
- ✓ Em relação a sua religiosidade, há apoio da comunidade religiosa em relação à sua carreira política?
- ✓ Quantas vezes já se candidatou? Quais os maiores obstáculos enfrentados em sua(s) campanha(s) eleitoral(is)?
- ✓ Você considera que a participação da mulher na política local é alta ou baixa? (Em caso de sim ou não, citar os fatores que sustentam a resposta).

Com tais informações levantadas pode-se caracterizar o perfil das mulheres presentes na política das duas cidades, além de observar que ainda nos dias de hoje a cultura patriarcal se faz presente em nosso meio, influenciando na baixa participação de mulheres nestes cargos. Sendo possível distinguir as duas cidades próximas por meio dos discursos proferidos por elas, como também pelo fato de Cruzeiro do Oeste apresentar quatro mulheres eleitas como vereadoras e uma vice-prefeita, enquanto Umuarama apresenta apenas duas, porém não deixando de ser um avanço da cidade.

Foi possível observar que em Cruzeiro do Oeste o discurso é apegado ao estereótipo de que a mulher ainda que tenha sua atual responsabilidade como política é detentora do amor materno e da responsabilidade para com

sua família, e que a mulher está inserida na política para somar junto ao homem. Esse fato deve-se a construção de uma representação de figura feminina e masculina vinda de muitos séculos no decurso civilizatório, onde o homem é o líder da casa, provedor da economia do lar, representando o espaço público da sociedade, enquanto a mulher está submissa a ele, sendo responsável pela casa, pelos filhos, sendo a provedora do amor, relacionada então com o cenário privado da sociedade. Na cidade de Umuarama o discurso não manifesta tal característica, marcando a possível distinção em relação a proporção das cidades, sendo esta uma cidade de médio porte com aproximadamente 100.000 (cem mil) habitantes, e Cruzeiro do Oeste um município de pequeno porte com 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes. Contudo

são mulheres com muitas experiências no cenário da política, e que assim como 3 (três) das vereadoras de Cruzeiro do Oeste, encontraram em seu ambiente de trabalho um incentivo para se candidatarem. No município de Cruzeiro do Oeste é evidente, a partir do discurso apresentado, a presença do machismo e desvalorização da mulher a nível intelectual, onde aparece neste cenário inferiorizada.

Após a execução das entrevistas, deu-se início a análise e discussão acerca do material, sendo possível a publicação de um artigo na revista Núcleo de Estudos Paranaense da UFPR - NEP e um capítulo no livro intitulado "Gênero e Cultura Perspectivas Formativas", além de resumos para apresentação em seminários como o Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação - SE2PIN.

Por fim, vale destacar que as inúmeras causas e consequências da cultura patriarcal internalizada na sociedade brasileira refletem no fato de que o governo na atualidade possui um percentual maior de homens do que de mulheres, podendo ser considerado um governo de homens e para homens, "onde as mulheres não possuem muita voz, e até mesmo nenhuma voz". A lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece normas para as eleições, garantindo a inclusão feminina nas esferas públicas do poder, com 30% (trinta por cento) de vagas de candidaturas por gênero aos partidos. Tem por objetivo o incentivo às mulheres para que se candidatem a cargos eletivos como vereadora/prefeita, entre outros. No entanto, é visível que a política de cotas não tem sido garantia de uma participação equilibrada e igualitária entre os gêneros, tendo em vista que muitas mulheres são usadas como "laranjas" por partidos para que efetivamente participem das eleições. As mulheres acabam sendo escolhidas aleatoriamente, muitas vezes sem o ideal próprio de participar do meio. Existem muitas discussões acerca da lei, mas o fato é que ao longo da história, o que vem sendo analisado e reproduzido é uma história feita por homens. Após as mulheres reivindicarem seu espaço e dedicarem-se ao estudo de sua própria história, ocorreu que esta passou a ser vista à parte da história da humanidade, da política, da economia, como se as mulheres não tivessem

participado dos feitos históricos, como se homens e mulheres não dividissem mesmo tempo e espaço.

Podemos dizer que a atual luta democrática em nosso país é a luta pela representatividade, e a mulher tem papel essencial neste processo. A mulher representa 52,29% (cinquenta e dois vírgula vinte e nove por cento) do eleitorado nacional, mas "Na América Latina, o Brasil é o segundo país com menor índice de mulheres em cargos legislativos federais. Apenas 9,9% (nove vírgula nove por cento) dos deputados federais. A média nas Américas é de 22% (vinte e dois por cento), sendo que a Argentina e a Costa Rica são destaques, com 38% (trinta e oito por cento) cada." (FERRICHE & MACÁRIO, 2014). Temos ainda, 13% (treze por cento) de senadoras, um número que coloca o Brasil como o 116º (cento e dezesseis) na posição em ranking internacional de representação feminina no legislativo, entre 190 países (CHADE, 2015). Uma realidade que sequer condiz com a nova configuração familiar brasileira, onde mulheres já chefiam cerca de 40% de lares brasileiros (PORTAL BRASIL, 2015).

Assim sendo, pode-se apontar que a falta de representatividade feminina na política ainda assombra a cultura brasileira. E se é uma questão de cultura, aqui reside a singela contribuição com este projeto: o questionamento acerca de como a mulher em cargo eletivo local se sente no seu cargo. Pretendeu-se investigar não o lado do eleitor, mas a representação social e a percepção da mulher que ocupa o cargo político, após passar pelo processo eletivo. A relevância acadêmica deste projeto consiste na contribuição da investigação em pequenas e médias cidades, em perspectiva comparada. Há estudos que enfocam o nível nacional, estadual e até mesmo cidades com grande porte, mas estudos com enfoque nas cidades com 100.000 (cem mil) ou menos de 30.000 (trinta mil) habitantes são mais raros. Pretendemos contribuir para que a perspectiva da representatividade feminina ganhe novos horizontes com os resultados, com foco na justiça social.

# AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS - UMUARAMA/PR

Autores(as): Jaqueline Moritz, Flavio de Souza Júnior, Kathleen Mariane da Silva  
Palavras-chave: Meio ambiente. Escola. Oficina.

Créditos: Souza Júnior, F.



O trabalho intitulado “Ações de Sensibilização Ambiental na Escola Municipal São Francisco de Assis, Umuarama-PR” corresponde a uma das atividades previstas no projeto de extensão “Ações de Educação Ambiental na Bacia Hidrográfica do Córrego Figueira, Umuarama-Paraná”.

A iniciativa de propor ações de Educação Ambiental (EA) na escola justifica-se por ser no ambiente escolar, sobretudo, com as crianças e jovens, que a aprendizagem se concretiza. Entende-se que a Educação Ambiental é um dos caminhos mais profícuos para a conscientização das pessoas sobre as consequências das relações conflituosas entre a sociedade e a natureza, reconhecendo o direito e dever da participação social no processo de construção de soluções para os problemas ambientais presentes, pelo menos, em seu espaço de vivência.

Mediante o objetivo inicial do projeto, as ações contemplaram a categoria Sensibilização, a qual é considerada como processo de alerta, como primeiro passo para alcançar o

pensamento sistêmico sobre a dimensão ambiental e educativa (Sato, 2003). Diante disso, as ações de sensibilização ambiental tiveram como objetivo a conscientização da comunidade escolar São Francisco de Assis, despertando a preocupação e o cuidado com o meio ambiente local.

O recorte definido para a realização do projeto (bacia hidrográfica do Córrego Figueira) corresponde a uma área de intensa e rápida urbanização, fato que acabou gerando inúmeros impactos ambientais. Em visita técnica realizada em novembro de 2017, até a nascente do córrego, foram identificadas situações preocupantes, sobretudo relacionadas à ação antrópica que tem causado a degradação do ambiente. Foram observados muitos resíduos dispostos inadequadamente, esgoto saindo direto no corpo d’água, erosão, desmatamento e até construções na Área de Preservação Permanente (APP). Soma-se a esses dados o intenso processo de assoreamento que atinge o Lago Aratimbó, localizado no médio curso do córrego.

Assim, considerando tais aspectos, as ações de sensibilização ambiental aqui propostas entrariam como possibilidade de conscientização da comunidade da bacia hidrográfica, como forma de amenizar os problemas ambientais e despertar o cuidado com o meio ambiente.

Para a realização da atividade, propôs-se inicialmente o levantamento de referencial teórico a respeito das categorias norteadoras, com destaque para: educação ambiental, sensibilização ambiental e bacia hidrográfica. Foi necessário o levantamento de informações socioeconômicas e ambientais da área de estudo, bem como da instituição escolar presente na bacia.



Créditos: Souza Júnior, F.

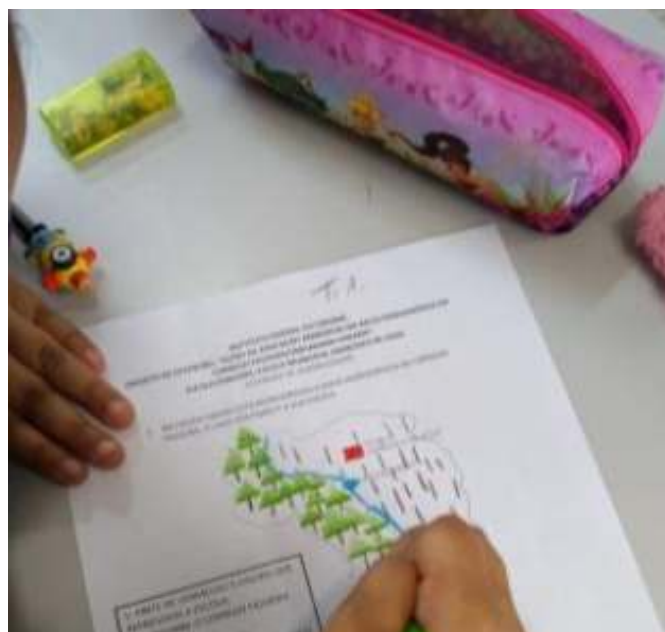
Posteriormente, mediante pesquisa de campo, foram levantadas as demandas das ações a serem realizadas na escola, por meio da aplicação de questionário e entrevistas junto à comunidade escolar.

Com tais informações levantadas, a próxima etapa consistiu em elaborar ações de sensibilização. Com relação às ações propostas, considerou-se fundamental estabelecer para que nível do ensino ou que ano serão aplicadas, a fim de estabelecer as estratégias coerentes para cada faixa etária.

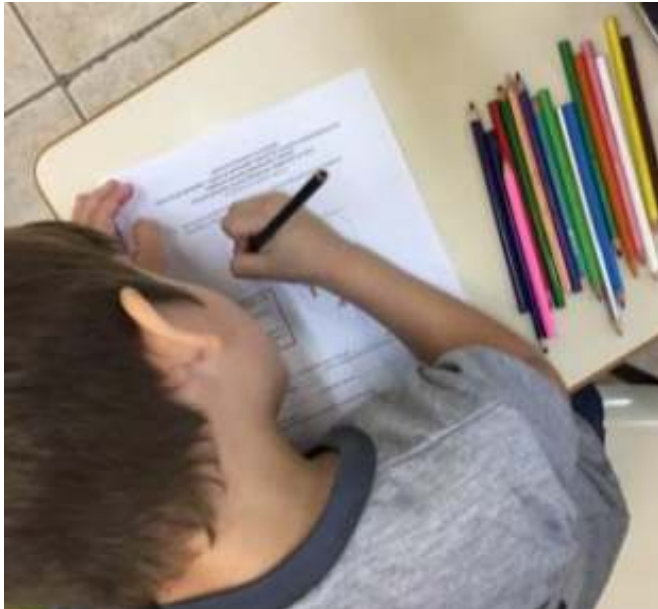
Após o planejamento das ações, iniciou-se a fase de aplicação delas na Escola Municipal São Francisco de Assis. Tais atividades atenderam cerca de 150 (cento e cinquenta) crianças, matriculadas desde o Infantil V até o 5º ano, com faixa etária entre 5 (cinco) e 10 (dez) anos.

Inicialmente, por meio de um diálogo, buscou-se levantar alguns questionamentos acerca do ambiente local e da percepção deste pelos alunos, comentando sobre o ambiente que cerca a escola, incluindo o lago Aratimbó, ponto turístico de Umuarama. Assim, buscou-se também identificar a base dos conhecimentos em relação às questões ambientais por parte dos estudantes, questionando-os a respeito do abastecimento do lago, citando a existência do Córrego Figueira, de ações de conservação, poluição e do crescimento da cidade, situação esta que pode atingir diretamente o meio ambiente.

Após este diálogo de sensibilização, foram apresentados cartazes com imagens que retratavam as condições atuais do Córrego Figueira e do Lago Aratimbó, ilustrando o desmatamento, o assoreamento, a impermeabilização do solo, lixo e a poluição da água. Buscou-se a observação e a reflexão das situações atuais deste ambiente, causados por ações humanas e considerando que, se estas situações se intensificarem ou continuarem presentes neste meio, futura-mente podem levar a inexistência do local. Ainda, tratou-se de assuntos e fatos ocorridos no Lago, como o caso do jacaré que, em 2016, teve que ser retirado do local por causa da grande quantidade de lixo e dejetos na água que estavam comprometendo a vida do animal. Além disso, refletiu-se sobre a realização de atitudes ecologicamente corretas e seus benefícios para o meio ambiente.



Créditos: Souza Júnior, F.



Para finalizar, cada aluno realizou uma atividade de fixação, a qual teve como objetivo avaliar se os questionamentos contribuíram para o entendimento e compreensão dos problemas ambientais que afetam a bacia. Reforçou-se a importância da destinação adequada do lixo, da manutenção da mata ciliar e da redução das áreas impermeabilizadas.

A atividade foi dividida em 3 (três) exercícios, em que os estudantes deveriam reconhecer a sua escola, observar sua localização dentro da Bacia Hidrográfica do Córrego Figueira e a sua proximidade do rio, incluindo o conhecimento de palavras-chave a respeito do meio ambiente e o conhecimento da área que os alunos frequentam.

As ações desenvolvidas na escola puderam suscitar várias questões acerca da EA no ambiente escolar. Notou-se nas intervenções feitas que muitos alunos não tinham conhecimento sobre os problemas ambientais recorrentes em seu espaço de vivência, tampouco que as ações realizadas por eles, por suas famílias e pela comunidade em geral podem prejudicar o meio ambiente. Ao se analisar as atividades realizadas pelos estudantes, pôde-se notar que estes passaram a compreender o papel da cobertura vegetal para a manutenção do córrego e do lago.

Com tal trabalho, percebeu-se a necessidade da realização de ações de sensibilização ambiental junto à comunidade

localizada na Bacia Hidrográfica do Córrego Figueira, que aparentemente desconhece os problemas que assolam a região. Ainda, foi perceptível a mudança de pensamento dos alunos acerca da preservação e da conservação do meio ambiente, confirmando, nesse sentido, o posicionamento de que é no ambiente Escolar, sobretudo, com as crianças e jovens, que a aprendizagem se concretiza.

Considerando que a Educação Ambiental se identifica como um processo contínuo e longo de formação do indivíduo ambientalmente responsável, vale destacar a necessidade de novas intervenções na região nos próximos anos. Assim, a relevância desse trabalho não deve ser apreendida apenas pelas informações levadas aos alunos, mas, sobretudo, pelas possibilidades desses sujeitos sociais repensarem sobre as condições de seu espaço de vivência numa perspectiva de integração harmoniosa entre ambiente e sociedade.



# BIBLIOTERAPIA

## CRIANDO LAÇOS COM LIVROS

Autores(as): Jeniffer Cristina Rodrigues de Mello, Lisandra Maria Kovaliczn Nadal, Ivan Takashi Kano

Palavras-chave: Biblioterapia. Reflexão. CAPS. Direitos humanos.

Créditos: a autora



Produções das pacientes na Segunda oficina.

As histórias podem marcar cada pessoa de uma maneira diferente, em algumas tocando em seus sentimentos, em outras apenas sendo algo momentâneo. A biblioterapia utiliza textos como ferramentas benéficas para as pessoas que a vivenciam, podendo ser apresentada como uma psicoterapia breve, orientada ao presente, direcionada para resolver problemas atuais e modificar os pensamentos e os comportamentos disfuncionais. (BECK, 1997).

Segundo Ouaknin (1996, p. 117) temos que “[...] o fundamento do método biblioterapêutico [...] consiste em uma dinamização e ativação existencial por meio da dinamização e ativação da linguagem.” Para Caldin (2001, apud SHRODES, 1949), a prática da biblioterapia implica mostrar que há mais de uma maneira de se resolver um problema, fazer a comparação das emoções e sentimentos entre uma pessoa e outra, propor novas percepções sobre o mundo e sobre si mesmo, encorajando a agir em prol do próprio bem-estar.

A prática da biblioterapia pode ser desenvolvida individualmente ou em grupo, propondo a leitura e discussão de determinado texto, para tentar trazer benefícios para quem o leu, proporcionando, por exemplo, novas percepções sobre a vida e autoconhecimento.

O objetivo geral do projeto foi aplicar a prática da biblioterapia em oficinas com as pacientes do Centro de Atenção Psicossocial Vovó Tonica (CAPS Vovó Tonica), no município de Jaguariaíva (PR), como forma de propiciar-lhes autoconhecimento e bem-estar, ao mesmo tempo que proporciona uma reflexão sobre a importância da leitura no dia a dia. Esperou-se que a prática biblioterapêutica auxiliasse no controle das emoções, causando sensação de bem-estar e diminuindo a sensação de isolamento.

O método utilizado teve como base a Terapia Cognitiva Comportamental, que, aplicada à biblioterapia, consiste na utilização de textos com linguagem simples e trechos

retirados de livros, tendo como objetivo construir coletivamente os sentidos dos textos, de modo que os leitores/pacientes se apropriem dessa leitura em suas vidas pessoais.

O CAPS Vovó Tonica, onde ocorreu a aplicação da biblioterapia por meio de oficinas, trata-se de uma instituição que oferece atendimento a pessoas com transtornos mentais, depressão e/ou dependência química. Os pacientes recebem acompanhamento de uma equipe multidisciplinar composta por médico psiquiatra, psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social e instrutor de oficina.

Em 2018, as atividades com os pacientes aconteceram na sala de oficinas do CAPS quinzenalmente nos meses de setembro e novembro, no período da tarde. A equipe responsável pela aplicação das oficinas contava com 3 (três) pessoas, sendo as componentes: a autora deste trabalho, aluna do IFPR Campus Jaguariaíva; a orientadora deste projeto, auxiliar de biblioteca do IFPR; e a instrutora das oficinas do CAPS. As sessões foram separadas em 3 (três) momentos: leitura do texto, discussão e produção.

A primeira oficina, que ocorreu em setembro, contou com a presença de 3 (três) pacientes. No primeiro momento, as presentes interagiram, falando sobre si mesmas, suas

histórias de vida e seus objetivos. Em seguida, foi pedido para as pacientes que escrevessem ou fizessem um desenho em uma folha, com coisas que as faziam sentirem-se bem.

Na segunda oficina, em outubro, estavam presentes 6 (seis) pacientes. Depois de uma conversa sobre como haviam passado os dias, deram início à leitura de um trecho do livro “O Pequeno Príncipe”; (SAINT-EXUPÉRY, 1943). Aberta a discussão, as pacientes puderam expressar o que acharam do texto, o que elas entenderam e se poderiam relacioná-lo com algo que já passaram em suas vidas. Incentivadas pelo trecho lido, puderam falar sobre perdão, relatando suas experiências e situações em que precisaram perdoar ou serem perdoadas. Após a discussão, as pacientes confeccionaram cartazes para o Dia da Saúde Mental, para os quais utilizaram recortes de revistas e papéis de carta.

Na terceira, estavam presentes 5 (cinco) pacientes. Foram levados às pacientes trechos do livro Alice no País das Maravilhas (CARROLL, 2007), para abordar os temas tempo e mudanças. Durante a discussão, as pacientes fizeram relatos de suas vidas e comparações sobre o tema e sobre suas experiências. Foi proposto a elas a produção de marcadores de páginas de origami, utilizando a criatividade para criarem seus próprios modelos. Todas as pacientes



Produções das pacientes na primeira oficina

Créditos: a autora



Momento de leitura do texto

participaram e gostaram da proposta, algumas produziram vários marcadores e os levaram para casa.

Na última oficina estavam presentes 5 (cinco) pacientes. A leitura proposta para a oficina foi a de um texto de Paulo Coelho (COELHO, 2010), que relatava sobre aproveitar cada dia e nossos pequenos milagres. As pacientes mostraram identificação com o texto sugerido, relatando acontecimentos e falando de seus sentimentos de acordo com a mensagem transmitida.

Foi possível evidenciar, durante as oficinas de biblioterapia, que as pacientes se apresentaram dispostas a participar e principalmente sentiram-se à vontade para falar abertamente sobre suas vidas, seus tormentos e dificuldades, suas conquistas e sonhos, ao mesmo tempo em que relacionavam com algum trecho do texto utilizado na oficina. A comunicação foi de extrema importância para que as pacientes pudessem transmitir suas experiências umas para as outras e ver outros pontos de vista, comparando-os com os seus próprios.

As atividades foram sempre orientadas pelas coordenadoras, sendo que a interação entre todas as presentes foi satisfatória e foram poucas as dificuldades encontradas. Em certos momentos acontecia a dispersão de algumas pacientes, mas logo era retomado o foco. Vários sentimentos puderam ser notados durante as discussões, dados os assuntos

abordados, entre os quais podemos citar: tristeza, mágoa, alegria, dor, emoção, identificação e principalmente esperança. Os materiais utilizados nas oficinas enriqueceram o cotidiano das pacientes, motivando-as a buscar outros textos e fazer da leitura um espaço de conforto emocional.

Tendo em vista a aplicação pela psicóloga Judith Beck (1997), é notável a eficiência da prática da biblioterapia. Durante todo o processo de tratamento, a psicóloga sempre retornava aos pontos que a paciente mais sentia dificuldade de resolver e os que mais a incomodavam, até que esta conseguisse encontrar uma maneira de resolvê-los, de acordo com sua ordem de prioridade.

Nas oficinas, as pacientes sempre são instigadas a falar de seu passado e presente, e, em cada discussão, apresentam as próprias soluções, não só para seus problemas, mas também para os das colegas presentes. As oficinas de biblioterapia funcionam como um canal de abertura para o diálogo e a discussão de problemas por meio da leitura, proporcionando a sensação de bem-estar e incentivando o interesse pela palavra escrita.

*“Eu acho que é muito especial a conversa com as menina [sic]”.*

**Gilda, participante das oficinas.**

# CIVILIZAÇÕES EM CONFLITO

## OS POVOS INDÍGENAS E AS POLÍTICAS DE GOVERNO DO PARANÁ (1853-1930)

Autores(as): Mylena Beatriz de Paula, Fábio Lucas da Cruz e Sandro Marcos Castro de Araújo

Palavras-chave: Povos indígenas. Paraná. História regional.

Créditos: Domínio público



O Caçador de Escravos, de Jean-Baptiste Debret

Os conflitos entre europeus e povos indígenas marcaram a colonização: a escravidão, a catequização em reduções e a morte de milhares de índios devido a guerras e doenças são aspectos destacados pela historiografia ao abordar a América Portuguesa. No entanto, a história dos povos indígenas que antecede e sucede a colonização recebeu maior atenção apenas a partir das últimas décadas do século passado. Em nova perspectiva, historiadores desenvolveram trabalhos interdisciplinares que visam a entender o indígena considerando perspectivas de sua própria cultura, resgatando seu protagonismo histórico e valorizando a diversidade étnica e cultural.

Este projeto de pesquisa aborda períodos que vêm recebendo maior atenção de pesquisadores de diferentes estados brasileiros: a história dos povos indígenas no

Império do Brasil e durante o processo de transição para o regime republicano. O objetivo do trabalho é compreender como os governos do Paraná trataram os povos indígenas entre 1853, quando foi criada a província do Paraná, e a Primeira República (1889-1930). Também objetivamos analisar as estratégias criadas pelos indígenas para sobreviver e defender suas terras e expressões culturais.

*“O projeto tornou-se uma experiência profícua para o desenvolvimento do ensino e, sobretudo, da pesquisa. Num momento de negação da diversidade e do multiverso em nossa cultura, o estudo da história dos povos indígenas e sua cultura consiste em oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica do campus Campo Largo”.*

**Sandro Marcos Castro de Araújo, professor**

Contemplada com uma bolsa do Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Jr), a estudante Mylena Beatriz de Paula participou de reuniões semanais com os professores coordenadores do projeto, com o intuito de estudar relatórios de governo disponibilizados on-line pelo Arquivo Público do Paraná e os seguintes jornais paranaenses do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira: Diário da Tarde (1899 - 1930); A República (1888-1930); e Dezenove de Dezembro (1854-1890). Toda a análise da documentação foi vinculada à pesquisa bibliográfica. Os Kaingang foram o principal grupo indígena estudado no decorrer do projeto, devido à constante menção desta etnia na documentação analisada.

No contexto oitocentista, o Estado criou aldeamentos para catequizar e “civilizar os indígenas”. A concepção de “civilizar” implicava catequizar



Mylena Beatriz de Paula foi premiada no "Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação (Se<sup>2</sup>pin)" como melhor trabalho na categoria de Ciências Humanas e destaque na categoria Inclusão.

e organizar as terras dos indígenas, restringindo o deslocamento das tribos ao confiná-las em aldeamentos. Segundo Kodama (2009, p.213), "com o intuito de "avançar a civilização para os sertões, na expansão "para dentro" do império, era preciso integrar os índios privilegiando a "brandura" quando "civilizáveis", porém sem abandonar as armas, caso fossem a ela recalcitrantes". Conforme demonstraram Manuela Carneiro da Cunha (1992), Marta Amoroso (2014), Lúcio Tadeu Mota (1994) e Almir Antônio de Souza (2015), os aldeamentos transformaram-se em políticas de Estado para controlar os povos indígenas e expandir a ocupação do interior das províncias.

Em conflitos violentos por territórios, os índios negociavam com chefes das expedições que exploravam áreas do interior. Os documentos permitem compreender as propostas de

nomeações para Diretores Gerais dos Índios, diretores de aldeamentos, regras e funcionamento de aldeamentos, informações sobre os Kaingang, o processo de abertura de estradas em áreas indígenas, quem eram os funcionários dos aldeamentos e quais eram as estratégias de resistência indígenas. Os relatórios também abordam a catequese, os conflitos dos indígenas com fazendeiros e populações de núcleos de colonização, o uso da mão de obra indígena em obras públicas, a reivindicação de terras pelos índios e demais ações da Diretoria Geral dos Índios.

Foram identificadas nos jornais muitas menções a ataques de índios a vilas e fazendas, os quais eram tratados como caso de polícia e de "selvageria" dos nativos. Também foram encontradas na documentação menções a alianças e negócios com caciques e suas aldeias. Caciques recebiam remuneração para controlar regiões indígenas ou até mesmo realizar ataques a tribos que não eram "pacificadas", segundo o discurso do governo. Alguns líderes indígenas remetiam-se a governantes e fazendeiros exigindo instrumentos de trabalho, armas e comida em troca da manutenção dos aldeamentos ou lavouras. Estas ações refutam estereótipos erroneamente difundidos de que os indígenas sofreram violências de forma passiva ou que apenas resistiram por meio de conflitos armados.

Inicialmente, a infraestrutura da maioria dos aldeamentos era precária e seus moradores tinham dificuldades para sobreviver. Seguindo uma orientação política nacional, o governo do Paraná estimulou a criação de aldeamentos construindo estradas, nomeando os dirigentes religiosos e fornecendo negros escravizados para aumentar a mão de obra para a agricultura local, considerada essencial para a subsistência. Muitos indígenas foram para os aldeamentos forçados ou por falta de local para morar. Existiram aqueles que não conseguiam subsistir no interior ou eram alvo de ataques de forças armadas enviadas pelos chefes de polícia. A progressiva chegada de imigrantes europeus se enquadrava naquele objetivo de desenvolver o interior e se ajustava às teorias raciais que alicerçavam um plano de "branqueamento" do Brasil. O Estado imperial não era laico e a catequização era regra nos aldeamentos, onde os nativos eram confinados. Mesmo com a República e os princípios liberais, os indígenas continuaram à margem da cidadania.

*"O projeto atrelou a pesquisa ao ensino e valorizou o estudo das Ciências Humanas no âmbito do Campus Campo Largo. Acredito que compartilhar conhecimentos sobre a história dos povos indígenas é essencial para entender a diversidade étnica e cultural e promover ações em defesa dos direitos destes povos de preservar suas terras e especificidades culturais."*

**Fábio Lucas da Cruz, professor**

Os resultados da pesquisa foram divulgados nos seguintes eventos: IV Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão do Campus Campo Largo (IV MIPE); VII Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação – (Se<sup>2</sup>pin); VII Feira de Inovação das Ciências e Engenharias (VII Ficiências); e V Jornada de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica da Região Sul - 2018. A estudante bolsista Mylena Beatriz de Paula foi premiada como melhor trabalho em Ciências Humanas e como destaque de projeto relacionado à Inclusão no VII Se<sup>2</sup>pin. O trabalho também foi selecionado como finalista para a Feira Brasileira de Ciências e Engenharias (FEBRACE) de 2019.

As experiências do projeto foram exitosas por possibilitarem discutir a história indígena em diferentes eventos e estimularem a divulgação de conhecimentos que elucidam aspectos das políticas indigenistas no Paraná. Além disso, demonstram como o estado desconsiderou as especificidades das muitas aldeias indígenas e de que forma estas resistiram a tais políticas e contribuíram para a formação sociocultural do estado.

Atualmente, o respeito às diversas comunidades indígenas é garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto do Índio, pela ação da Fundação Nacional do Índio, por

novas vertentes de estudo das Ciências Humanas e por leis como a n. 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. No entanto, o descumprimento na demarcação de terras indígenas, o preconceito, a desigualdade de acesso a serviços públicos e a perpetuação de estereótipos negativos sobre o índio revelam que é necessário entender melhor as civilizações indígenas e suas histórias para criar posicionamentos em prol do diálogo e da compreensão da complexidade cultural do Brasil.

*“Acredito que este projeto de pesquisa promove nosso crescimento pessoal e acadêmico. Estudar um contexto histórico envolvendo diferentes povos indígenas faz crescer dentro de nós um sentimento de empatia. Ter novos pontos de vista para analisar a história é um dos caminhos para combater os preconceitos tirar o indígena da invisibilidade.”*

**Mylena Beatriz de Paula, estudante e bolsista**



Créditos: Fábio Lucas da Cruz

Apresentação do projeto na VII Feira de Inovação das Ciências e Engenharias (Ficiências), realizada em Foz de Iguaçu entre 06 e 09 de novembro de 2018

# CONDUÇÃO DE GRUPOS DE TERCEIRA IDADE PELO PARQUE MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS

UM RICO ESPAÇO DE TROCA DE SABERES ENTRE ESTUDANTES CONDUTORES E VISITANTES

Autores(as): Juliana Regina Batista, Karina Dias Espartosa

Palavras-chave: Educação ambiental. Unidades de conservação. Meio ambiente. Idosos.

Créditos: Karina Dias Espartosa



Condução de visita monitorada ao Parque Municipal São Francisco de Assis com o Grupo Alegria, da terceira idade.

Desde 2015 é desenvolvido, no IFPR Campus Assis Chateaubriand, um projeto extensionista que capacita estudantes dos diversos cursos do campus a atuarem como educadores ambientais, oferecendo uma gama de atividades para diferentes públicos do município e região.

A principal atividade desenvolvida é a condução de visitas monitoradas, principalmente para o público escolar, em uma unidade de conservação situada no centro da cidade: o Parque Municipal São Francisco de Assis, com cerca de 60 hectares com mata nativa. Essa atividade tem sido relevante para a comunidade, pois as vivências em espaços naturais têm se mostrado um notável instrumento de educação cidadã, ao reconectar o ser humano e a sociedade à natureza e promover a mudança de comportamentos e valores (TOMAZELLO & FERREIRA, 2001).

Devido ao êxito dessa atividade em proporcionar o ganho de conhecimentos e valores para a comunidade atendida, bem como para os estudantes envolvidos, os próprios estudantes educadores ambientais buscaram, ao final de 2018, divulgar o projeto para grupos organizados de terceira idade dos bairros da cidade.

O presente relato vem descrever essa experiência de troca de saberes entre grupos de terceira idade e estudantes do IFPR por meio de visitas monitoradas ao Parque Municipal. Essa proposta teve como objetivo proporcionar uma forma de lazer diferenciada para a terceira idade, pois observou-se que os grupos participantes costumavam realizar atividades físicas em salões comunitários. Os idosos participavam de atividades como “dança terapia”, palestras e exames simples de saúde. Ao oferecer a oportunidade de conduzir esses grupos por trilhas interpretativas em uma



Estudante condutor e visitantes na 5ª Caminhada Ecológica da Terceira Idade no Parque Municipal São Francisco de Assis

*“Monitorar grupos de idosos proporcionou um grande aprendizado, pois os grupos participaram ativamente das visitas ao relatar suas experiências. Além disso, ao monitorar o Grupo Alegria, tive uma oportunidade que jamais esquecerei, pois minha mãe, que está neste grupo, pode ter uma percepção de suas filhas como educadoras, já que minha irmã foi bolsista do projeto em 2017”.*

**Juliana Regina Batista, voluntária do projeto desde 2017.**

*“Foi uma novidade né, porque naquela trilha a gente nunca tinha passado até aquele dia, foi bom conhecer sobre as árvores e outras plantas. As visitas devem continuar pra levar mais gente pra conhecer lá”.*

**Tereza da Costa Ribeiro, participante.**

A realização dessas ações de educação ambiental tem atingido os objetivos de troca de saberes entre estudantes e sociedade, possibilitando a mudança na percepção e nas atitudes do público atendido. Ao ter contato com os conhecimentos acadêmicos de uma forma prazerosa e prática, este pôde enriquecer sua construção pessoal e atitude cidadã. Os educadores ambientais também se beneficiaram ao aprender a ouvir e valorizar as experiências e conhecimentos dos idosos. Além disso, ressalta-se o estreitamento das relações e a troca de benefícios e serviços entre o IFPR a comunidade em que está inserido. Isso pôde ser visto com a parceria estabelecida com os grupos organizados de terceira idade e com a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher. Devido ao sucesso dessas visitas, há planejamento para próximas etapas, em que se pretende agendar e realizar novas visitas com formato mais estruturado. Os resultados também irão compor o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da estudante voluntária que participou do projeto.



5ª Caminhada Ecológica da Terceira Idade no Parque Municipal São Francisco de Assis, com cerca de 150 participantes

Unidade de Conservação, foi possível incentivar a prática de exercícios ao ar livre, estabelecer um espaço de trocas e construção de conhecimentos, valores e saberes entre os estudantes condutores e os idosos, além de incentivar bons hábitos por meio da Educação Ambiental. É de grande valia a conscientização desse público, pois sabe-se que os idosos podem influenciar seu contexto social, uma vez que atuam como multiplicadores de conhecimento (SCHNEIDER et al., 2017).

Créditos: Juliana Regina Batista



Estudantes do IFPR condutores da visita na 5ª Caminhada Ecológica da Terceira Idade no Parque Municipal São Francisco de Assis

As visitas do projeto de extensão foram realizadas utilizando-se um roteiro base, adaptado conforme as características e demandas de cada público atendido. No caso dos grupos de terceira idade, as visitas foram realizadas baseando-se mais em perguntas do que em falas dos condutores, buscando mais ouvir as experiências e conhecimento dos idosos sobre o Parque, sua história, vegetação e usos tradicionais dessa vegetação. Foi possível conversar sobre valores e comportamentos ambientalmente conscientes, relacionados a correta destinação do lixo, prevenção de vetores de doenças e a importância de não alimentar os animais silvestres do Parque.

Até o momento, essa proposta alcançou a condução de cerca de 170 (cento e setenta) idosos em 2 (duas) visitas monitoradas ao Parque Municipal. Uma das visitas foi com 20 (vinte) integrantes do Grupo Alegria, que abrange idosos de três bairros da cidade de Assis Chateaubriand. O Grupo Alegria foi guiado por uma trilha existente no Parque e que permeia a mata nativa. A outra visita foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher durante o evento "5ª Caminhada Ecológica da Terceira Idade", que contou com a participação de cerca de 150 (cento e cinquenta) idosos. Devido ao público numeroso, a visita foi feita com a divisão do público em pequenos grupos, que foram conduzidos pela estrada que atravessa a mata do Parque até sua área de lazer. Essas visitas foram conduzidas por estudantes voluntários e bolsistas do projeto de extensão e pela coordenadora do projeto.

Durante a realização dessas visitas, muito se aprendeu com os idosos sobre a história da cidade, do Parque Municipal e sobre os usos tradicionais de algumas plantas. Os próprios idosos visitantes localizaram e falaram inclusive de plantas que não estavam sendo apontadas pelo roteiro de visitas. Houve duas estudantes educadoras ambientais que tiveram a oportunidade de conduzir sua mãe, que fazia parte de um dos grupos de visitantes. Dessa forma, o projeto atingiu os objetivos da extensão, pois a mãe pôde ser beneficiada diretamente com o compartilhamento daquilo que suas filhas, estudantes do IFPR, aprenderam dentro da instituição. Ao mesmo tempo, houve aprendizado por parte dos idosos, que aprenderam processos e eventos biológicos, como o processo de ecdise que as cigarras sofrem em sua metamorfose e que resulta nas "casquinhas" de cigarra que de tempos em tempos são abundantemente avistadas no tronco das árvores do Parque.

*"A experiência foi boa por ter a oportunidade de conhecer o Parque, algumas pessoas que moram na cidade nunca tinham ido lá pra passear... Acho que eles deveriam fazer bem mais vezes, para as pessoas poderem conhecer, acho que seria muito importante com as crianças também, é uma experiência boa, porque vai ter vai ter trocas de conhecimento".*

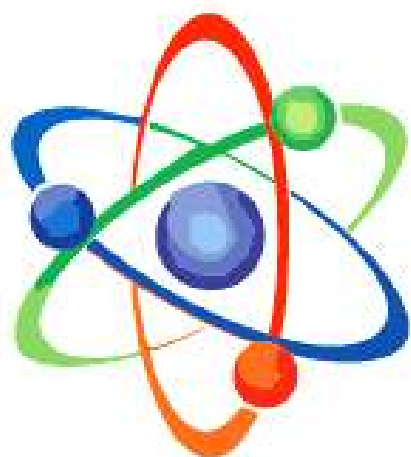
**Sirlene Costa Ribeiro Ferreira, agente de saúde.**

# CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

PARA PROFESSORES DE FÍSICA E CIÊNCIAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA REGIÃO DE TELÊMACO BORBA

Autores(as): Prof. Me. Lucas Anedino de Souza, Professor Dr. Ademar de Oliveira Ferreira, Professor Emerson Pereira Braz, Professor Dr. Rafael João Ribeiro, Professor Dr. Rudinei Celso de Souza Jantsch. Luiz Felipe Ferreira.

Palavras-chave: Formação continuada. Física. Metodologias. Professor.



# FOCO

FORMAÇÃO CONTINUADA EM FÍSICA  
IFPR | CAMPUS TELÊMACO BORBA

EDUCAÇÃO

Momentos de formação, aperfeiçoamento e atualização docentes são, em geral, marcados por propostas que visam a suprir carências metodológicas das práticas dos professores. Momentos de formação de caráter conceitual e estrutural das disciplinas são escassos e normalmente ficam sujeitos à disponibilidade de oferta de tais cursos pelas instituições de ensino superior (IES) e à possibilidade do docente de realizá-lo.

A presente proposta de formação continuada nasce de uma demanda trazida pelo Núcleo Regional de Educação (NRE) - Telêmaco Borba. Este modelo de parceria para cursos de formação continuada, entre a IES e instituições de educação básica, foca nas especificidades da prática científico-pedagógica vivenciada pelo docente em seu cotidiano. Estas especificidades são moldadas pela formação acadêmica, características da escola (região, cursos, projeto político pedagógico etc) e mudanças na legislação.

Assim, foi proposta a realização de cursos de formação para professores de Física e Ciências nas séries finais do Ensino Fundamental atendendo à demanda trazida pelo NRE - Telêmaco Borba.

O cenário observado atualmente na região atendida pelo citado núcleo regional de

educação indica uma grande maioria de professores que ministram aulas de Física e que não tem formação específica na área. Dessa forma, foram solicitadas e desenvolvidas discussões acerca da prática pedagógica em Física Moderna e a respeito das leis e conceitos fundamentais das subáreas da Física, para respaldar as ações de organização curricular que se fazem necessárias pela Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que versa sobre as mudanças curriculares no Ensino Médio.

Por outro lado, abre-se uma frente de atuação para o curso de Licenciatura em Física, que estende suas ações para qualificação da prática docente já atuante, aproxima a pesquisa científico-pedagógica da comunidade escolar e propicia a seus acadêmicos um estreitamento entre os conceitos teóricos de sala de aula, a prática pedagógica nos momentos de formação e o conhecimento da realidade das escolas públicas estaduais.

Os encontros foram planejados de forma individual. Na forma como foram divididos (dois encontros relativos à Mecânica, dois encontros relativos à Termodinâmica e dois encontros relativos ao eletromagnetismo e física moderna), os encontros trouxeram especificidades relativas aos temas propostos.

Uma das propostas do projeto foi a discussão das metodologias relativas a cada subárea da Física. Desta forma, foram necessários planejamentos exclusivos para cada encontro.

De forma geral, os encontros se organizaram em apresentação do histórico do tema proposto, discussão metodológica e atividades experimentais de cunho qualitativo e conceitual. As oito horas de cada encontro foram divididas, aproximadamente, em quatro tempos de duas horas, cada um abordando um viés diferente do tema proposto.

A proposta de formação continuada para os professores de Física e Ciência das escolas estaduais da região de Telêmaco Borba recebeu o nome de projeto FOCO. A proposta foi divulgada entre os professores da rede pública estadual. Foram realizados 6 (seis) encontros entre julho e dezembro de 2018.

O primeiro abordou temas relacionados à metodologia na abordagem da cinemática e da dinâmica. A proposta foi de trazer ações que otimizassem o desenvolvimento dos conteúdos, devido à redução da carga horária da disciplina proposta pela Lei 13.415/2017. Ainda no primeiro encontro foram trazidas atividades experimentais, sempre de cunho qualitativo e conceitual, de fácil desenvolvimento e aplicação em sala de aula.

O segundo encontro trouxe discussões a respeito da abordagem metodológica de conceitos relacionados a Trabalho e Energia. Depois, foram abordados temas da Gravitação Universal em simuladores virtuais de acesso livre.

O terceiro e o quarto encontros trouxeram à discussão metodologias referentes à Termodinâmica. Conceitos de temperatura, calor, energia interna e as Leis da Termodinâmica. As atividades se desenvolveram também com experimentos de baixo custo e de fácil desenvolvimento em sala de aula.

Para o quinto encontro, foram trazidos temas referentes ao eletromagnetismo.

O foco foi dado à discussão metodológica em torno de leis gerais que orientam o eletromagnetismo. Em uma das seções do encontro foi levada à plenária a discussão sobre uma possível tratativa dos conceitos trazidos nas Leis de Maxwell no Ensino Médio.

Os conceitos relativos à Física Moderna foram abordados no último encontro.

Nesse momento, foram apresentadas e discutidas metodologias para a abordagem de Relatividade Restrita e Radioatividade no Ensino Médio. Nesse sentido, foram utilizados simuladores virtuais como suporte às discussões metodológicas.



Momentos da formação continuada em 04 de julho de 2018

# JACIELE NYG KUITA FIDELIS

## O POVO KAINGANG DO ESTADO DO PARANÁ

Créditos: Arquivo Jornal UFRGS



ENTREVISTA

*"Nosso ser indígena, matéria e espírito, não pertencem a domínios distintos. Toda essa relação com nosso território tradicional traz consigo esse aspecto fundamental, que está imbricado na memória coletiva do nosso povo, pois ali estão nossos ancestrais, nossos filhos, nossos velhos, nossos narradores e, principalmente, nossas narradoras. Elas são as mulheres que gestam e as guardiãs da vida, dos nossos conhecimentos e do nosso sagrado."*

**Revista Difusão - Qual o seu nome completo e sua origem étnica?**

Nyg - Me chamo Jaciele Nyg Kuita Fidelis, meu nome indígena é Nyg (pronuncia-se Nã) pelo qual prefiro ser chamada e é pelo qual todos que me conhecem me chamam. Pertencço Povo Kaingang do Estado do Paraná.

**Revista Difusão - Conte um pouco sobre a rotina de vida do lugar onde você nasceu.**

Nyg - Desde meu nascimento sou uma pessoa transitante no mundo e nos mundos. Nasci na Terra Indígena Mangueirinha, município de Mangueirinha/PR. Aos 2 anos

meus pais se mudaram para a terra Indígena Ivaí, localizada no município de Manoel Ribas/PR, onde cresci e passei toda minha infância. A melhor possível, onde fui construída como um corpo Kaingang. Tudo que sou hoje vem da minha construção de ser indígena dentro do Território do Ivaí, terra forte, povo forte que mesmo com toda a opressão e preconceito daquela região com relação aos indígenas a essência e resistência de se manter Kaingang está sempre forte nos seus conhecimentos tradicionais, princípios e valores e língua materna. Foi lá toda a experiência de alegrias, descobertas e liberdade de ser uma criança Kanhgág.

Aos 12 anos meus pais se mudaram novamente, desta vez para a Terra Indígena Apucarantina, onde moro atualmente. O Território Apucarantina, situado no município de Tamarana/PR, possui atualmente quase dois mil indígenas, na sua maioria jovens e crianças, distribuídos em três aldeias dentro do território. A extensão territorial da área é de 5.574 hectares e a sobrevivência da comunidade é baseada no cultivo de terras com as roças familiares e coletivas, na venda do artesanato nas cidades próximas, no trabalho em fazendas da região.

Algumas famílias também sobrevivem de programas sociais desenvolvidos pelos governos federal e estadual.

Mesmo com todo o processo sócio-histórico de contato, violências e tentativas de dominação por parte das frentes colonizadoras, mantemos vivas nossas formas e conteúdo específicos de sociabilidade. Mantemos enquanto povo nossas especificidades, diferenciadas em relação aos demais povos indígenas e sociedade.

O protagonismo e o empoderamento político da juventude de lá tem explicitado muito isso. Na minha aldeia contamos com duas escolas indígenas uma de Educação Infantil e Séries Iniciais e outra de Ensino Fundamental e Médio. Em ambas atuam profissionais indígenas e não indígenas.

Na escola de Séries Iniciais todos os profissionais que atuam são indígenas e a alfabetização é somente na língua materna, sendo introduzida a Língua Portuguesa apenas a partir do terceiro ano. Contamos também com uma Unidade de Saúde Básica, que atende toda população e ali também atuam profissionais indígenas e não indígenas. Enfim, uma comunidade.

### **Revista Difusão - Para o seu povo, qual a relação entre terra, trabalho e identidade?**

Nyg - O povo Kaingang desde tempos imemoriais exercitam seus modos e formas de fazer e compreender o trabalho partindo da concepção de diferentes premissas do que a sociedade capitalista e ocidental compreende por riqueza. Atualmente, um exemplo de nossas formas e modos de trabalho desenvolvidos no campo da economia, diz respeito a presença dos coletivos Kaingang nos grandes

centros urbanos. Trata-se da vinda de nossos coletivos para comercializar seus artesanatos e suas artes, um conhecimento ancestral que ainda hoje é visto por nós como uma das formas de trabalho materializado do pensamento e cosmologia Kaingang, ainda muito presentes no nosso dia a dia. Estes artefatos trazem em sua construção aspectos culturais e vínculos relacionados a memória, ancestralidade, espiritualidade e conhecimentos epistêmicos e socioecológicos e ambientais, cujas características estão expressas nos modelos, matéria prima e grafismos presentes nesses objetos ou materiais. Estes vínculos, por sua vez, são materializados também em alimentos, remédios e cestarias; vivenciados espiritual-mente e exercitados por nós dentro da aldeia ou ainda que estejamos no contexto urbano. Neste sentido, quando nós Kaingangs saímos de nossos territórios para estes grandes centros com nossas famílias, para vender nossos artesanatos, estudar e/ou fazer outras atividades fora do território, trazemos conosco este movimento que se entende como trabalho. Neste exercício estamos o tempo todo produzindo corpos e sujeitos transitantes em dois mundos, afirmando nossa agentividade e alteridade indígena, pautadas no fortalecimento de nossa cultura e a descolonização do pensamento ameríndio e seus territórios, há séculos subjugados e segregados. Este trânsito que acontece dentro e fora das nossas comunidades hoje compreendemos como mobilidade territorial Kaingang contemporânea, afirmando o nosso conceito de trabalho ao exercitarmos a nossa transmissão de saberes, a nossa relação com a natureza, nossa territorialidade e seu manejo sustentável.

O nosso ser, pensar e viver enquanto Kaingang é movido fundamentalmente pela engrenagem da vida, cuja única exploração da força de trabalho são as sociabilidades. O consumo que se almeja deste processo me parece ser algo que essa sociedade capitalista e ocidental aparenta ter esquecido, e que para nós é fundamental, que é consumir conhecimento. Portanto, deve-se enfatizar que essa produção e consumo de conhecimentos para nós Kaingang não estão alheios no que concerne o conceito de bem viver e está relacionado ao movimento da vida como um todo.

*Portanto, o ser Kaingang deve ser compreendido e respeitado como sujeito de direitos coletivos, cujos princípios e valores se dão fundamentalmente a partir dessas socialidades ligadas a territorialidades e natureza. O corpo Kaingang é constantemente construído de forma relacional em seu território próprio e ancestral, bem como a constante construção de sujeitos coletivos sociopolíticos a partir de suas redes relacionais ao território. Nosso ser indígena, matéria e espírito, não pertencem a domínios distintos. Toda essa relação com nosso território tradicional traz consigo esse aspecto fundamental, que está imbricado na memória coletiva do nosso povo, pois ali estão nossos ancestrais, nossos filhos, nossos velhos, nossos narradores e, principalmente, nossas narradoras. Elas são as mulheres que gestam e as guardiãs da vida, dos nossos conhecimentos e do nosso sagrado. Nosso modo de pensar, nossa educação, saúde, artes, cosmovisão, modo de ser e estar no mundo estão intrinsecamente ligados a esse movimento relacional e a conexão ao território desde tempos imemoriais. Somos terra, somos natureza. Se não existir terra, se não existir natureza, não existe Kaingang.*

**Revista Difusão - Qual a sua opinião sobre os programas sociais oferecidos à população indígena?**

*Nyg - Saliento que somente alguns têm acesso a esses programas sociais. Isto contraria as afirmações e pensamento errôneo e a disseminação do discurso anti indígena com argumentos mentirosos de que nós indígenas temos muitos privilégios. Se esses privilégios, como falam, fossem o de desfrutar a natureza, de ter nossos direitos e territórios, nossos modos de vida e existência respeitados, tudo bem. Mas não. Infelizmente este discurso vem acompanhado de uma crença mentirosa e um mito de que "índio recebe um salário do governo desde que nasce".*

**Revista Difusão - Atualmente você é estudante universitária. Você enfrentou dificuldades para ter acesso ao ensino formal? Como foi esse processo?**



*Nyg - Sim, sou acadêmica indígena do Curso de Serviço Social, pela Universidade Federal do Paraná/UFPR.*

*Esta é uma pergunta que se responde si própria: todos nós indígenas que nos lançamos a esse desafio, que é buscar uma formação, seja ela de ensino superior ou mesmo de nível técnico, passamos por inúmeras dificuldades. Principalmente os estudantes que vem de território. Quando chegamos neste espaço sofremos o choque cultural que vem de encontro ao nosso pensamento: o individualismo, a meritocracia e a competitividade são os primeiros a dar as caras. A loucura que é sobreviver em um grande centro. O preconceito e o desconhecimento sobre as realidades indígenas é gritante. Ainda hoje a sociedade brasileira segue alheia a nossa existência. É um absurdo em pleno século XXI, em que temos tantas formas e meios de informação, ainda sermos vistos como povos do passado. A sociedade brasileira ainda segue sendo colonizada por um pensamento estereotipado, que segrega e minimiza aqueles que não estão no ritmo e padrão "branco e hegemônico". A começar pelo sistema de educação, em que*



*persiste em um modelo retrógrado, que não reconhece a presença indígena como parte dessa sociedade e sim como intrusos, preguiçosos, bêbados, que não trabalham quando não estão nos livros. Vistos como lá no passado, há quinhentos e tantos anos atrás quando foram "Descobertos pela sociedade civilizada". E que estes não devem estar ali, porque ali não é o seu lugar. Reproduz-se um pensamento totalmente descontextualizado, que desconhece todos os nossos direitos enquanto sujeitos e alteridades coletivas. Direitos esses legítimos e legais, que estão expressos na Constituição Brasileira e em tantos outros marcos e acordos nacionais e internacionais. Sofremos com o preconceito por parte da sociedade e com o racismo institucional. Sofremos com a falta de respeito a nossas especificidades no que tange o diálogo na construção de políticas públicas voltadas para os povos indígenas, a partir nos nossos olhares, conceitos e realidades. Enfim, tantos outros fatores.*

*Mesmo diante de tudo isso, somos resistentes e resilientes. Muitos de nós ficam pelo meio do caminho e mesmo assim não são considerados menos fortes ou resistentes. Enfrentamos todas essas barreiras, quebrando esses estereótipos e*

*arrebatando as algemas que insistem em nos aprisionar. Estamos para isso, para abrir caminhos. Encorajar nossa juventude e nossas crianças, que são o nosso futuro, assim como nós estamos sendo no presente a resposta e legado da luta daqueles que nos antecederam. A universidade e qualquer instituição ou espaços que estivermos é território indígena sim. E nós, estudantes indígenas, vamos seguir retomando e demarcando nossos espaços de direito. É um processo que requer muita coragem e responsabilidade, pois trazemos conosco luta e objetivos coletivos.*

### **Revista Difusão - Qual a sua opinião sobre a política de cotas universitárias para a população indígena no Brasil (no caso do IFPR elas também se aplicam ao Ensino Médio)?**

*Nyg - Não podemos negar os avanços nos últimos anos com relação a inclusão social e as conquistas no âmbito das políticas afirmativas voltadas para os povos indígenas. Principalmente, no campo da educação superior por parte de segmentos sociais historicamente excluídos. Aqui me refiro também a quilombolas, população de periferia, enfim, toda diversidade excluída pelo racismo e pelo preconceito, assim como nós povos indígenas. Apesar de somente no ano de 2012 ter sido criada uma lei que obriga as Instituições*



de Ensino Superior Federais a reserva de vaga para indígenas, a chamada Lei de Cotas (Lei 12.711/12), existem outras políticas de ingresso de indígenas nas universidades anteriores. O Paraná por exemplo, é pioneiro com a Lei Estadual n.º 13134/2001, e a Lei Estadual n.º 14.995/2006. A primeira reserva 3 (três) vagas em cada uma das universidades públicas estaduais do estado para integrantes das comunidades indígenas no Paraná e a segunda aumenta para 6 (seis). Na UFPR, desde 2004, 10 (dez) vagas são disponibilizadas para indígenas do Paraná e de todo território nacional. Há ainda o "Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná", que está em sua XIX edição.

O IFPR tem buscado abranger este ingresso de forma a contemplar também essas especificidades de ingresso e buscado vias de garantir a permanência desses estudantes que ingressam no instituto por meio da Lei de Cotas. Tanto que fiquei muito feliz em saber que este ano o Instituto aderiu ao "Programa Bolsa Permanência" do Ministério da Educação - MEC. Vemos como um grande avanço na política de permanência destes estudantes na instituição, visando que este recurso é primordial na logística e auxílio destes estudantes para que possam alcançar o objetivo de concluir uma formação de ensino superior. Ao meu ver, é certo que, a política de permanência dos estudantes indígenas nas universidades ainda precisa avançar muito.

### **Revista Difusão - A inserção dos povos originários tradicionais na universidade contribui de alguma forma para a garantia dos direitos desses povos?**

R= Totalmente. Quando ingressamos na universidade temos a possibilidade de aproximar a nossa realidade indígena contemporânea com o pensamento acadêmico, no qual a pauta indígena ainda persiste sendo abordada a partir de conceitos ultrapassados e caricatos. A nossa atuação fortalece e afirma nosso papel e compromisso enquanto acadêmicos, oportunizando o devido retorno para os nossos territórios indígenas, nossos povos e para a própria universidade. Nossas trajetórias e ações em andamento têm reverberado de forma positiva, efetiva e concreta na agência do

pensamento indígena na universidade e na sociedade, promovendo ações que a sociedade não indígena desconhece. Temos exercitado análises críticas, construtivas e estudos que promovam e assegurem nossa presença e direitos, nos afirmamos enquanto protagonistas da nossa história. Não basta apenas reconhecer nossas narrativas, é preciso reconhecer nossas narradoras e narradores. Nos compreendemos como corpo território e sujeitos transitantes em dois mundos, afirmando nossa agentividade, alteridade e identidade na construção de estratégias e ferramentas que nos possibilitam caminhos para reconstrução da nossa autonomia enquanto povos e nações originárias. Trazemos analogias por uma via reflexiva, propiciando o debate de princípios e valores indígenas no que tange os nossos modos e conceitos próprios de saúde, educação, território, família e inclusive, pobreza. Nossa principal luta é essa. Ocupar os espaços de tomadas de decisão relacionados aos nossos povos, corpos e vida. É por isso que estamos aqui.

Para nos qualificar, para atuar na defesa de nossos povos e territórios. Para quebrar as barreiras e relações sociais desiguais impostas historicamente ao povos indígenas, propor reflexões críticas a respeito das práticas cotidianas e atuais. Explorar de forma associada às relações históricas e as ainda presentes, e, por um viés dialógico, pensar a formulação de instrumentos para uma observação crítica da realidade social indígena. Focalizar a hipervisibilidade dos nossos direitos frente ao paradoxo da invisibilidade dos sujeitos e coletivos indígenas no Brasil, a partir de uma análise crítica e histórica. É nesse sentido, que agora somos nós que vamos falar sobre nós; contar o outro lado da história que não é contada. Afirmar e significar a nossa identidade, fortalecendo nossa espiritualidade e não nos deixando oprimir pela colonização nesse universo acadêmico e nesse sistema. É nesse sentido e compromisso que nos compreendemos em movimento, na reciprocidade com nossos povos e comunidades, fazendo jus à luta dos povos indígenas e na defesa dos nossos direitos coletivos e territoriais.

**Revista Difusão - Neste contexto, o que significa para você ser uma estudante universitária?**

Nyg - *Ser estudante universitária significa ser parte de uma história de lutas e resistências. Significa assumir um compromisso de levar essa luta adiante, por meio do domínio da caneta do branco!*

**Revista Difusão - Você foi convidada para gravar um vídeo explicativo no IFPR sobre o Processo Seletivo. Como foi esse processo e o que ele significou para você?**

Nyg - *Foi um processo bastante interessante. Fiquei muito contente por ter sido convidada para gravar o vídeo na minha língua indígena. Achei ótima iniciativa do instituto, pois para ser inclusivo nada mais certo que começar pela língua e pela e reconhecimento da presença indígena no nosso estado. Dessa forma se aproximam estes sujeitos de seus direitos, afinal é uma dívida histórica. O mínimo que as instituições de ensino podem nos oferecer é o acesso aos nossos direitos e a educação é um deles, já que esta foi uma das principais ferramentas de colonização e epistemicídio de nossos povos. Hoje nada mais justo que estarmos nesse espaço, ocupando e tendo acesso a esse direito de forma específica no que tange as diretrizes básicas de educação com relação às especificidades indígenas. A educação nos tirou e hoje é ela quem tem obrigação de nos devolver. Creio que o instituto só tem a ganhar e muito com essa iniciativa. Nós indígenas, com nossas ciências, temos muito a contribuir para nossos povos e principalmente para a sociedade branca.*

**Revista Difusão - Sabemos da diversidade cultural e linguística dos povos originários tradicionais no Brasil. De que forma cada povo (incluindo o branco) pode contribuir para a redução das desigualdades e preconceito com relação a isso?**

Nyg - *Começando pelo respeito e quebrando paradigma de que indígena "é tudo igual". No Brasil temos uma diversidade de 305 (trezentos e cinco) Povos com mais de*



Créditos: Arquivo pessoal

*208 (duzentas e oito) línguas indígenas. Cada Povo com sua maneira e modo próprio de vida. É preciso quebrar, principalmente, o pensamento de que para ser indígena temos que estar no meio do mato e que somos povos do passado. Acredito que iremos avançar e muito enquanto sociedade brasileira, a partir do momento que de fato quebrarmos esses estereótipos. Indígena é gente sim!*

**Revista Difusão - As mulheres indígenas tem conquistado representatividade nas lutas por suas nações/etnias? De que forma?**

Nyg - *Com certeza. As mulheres indígenas sempre foram lideranças fundamentais na luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus territórios, identidade e defesa dos direitos. Uma das nossas representatividades mais emblemáticas no momento é a nossa primeira Parlamentar Indígena no Congresso Nacional, Joenia Wapichana. Assim como outras a nível nacional. Soninha Guajajara foi a primeira mulher indígena que enfrentou desafio de encarar uma campanha a Co-presidência do*

nosso país nas últimas eleições. Também a atuação em outros, como Celia Xakriabá, Telma Taurepan, Tsitsina Xavante. Tenho muita gratidão em trabalhar junto na luta em prol dos nossos povos. Essas são figuras mais públicas digamos assim. Mas existem muitas e muitas outras pelo Brasil, que mesmo não conhecidas midiaticamente, estão em constante luta e resistência na defesa da vida, direitos e territórios de seus povos. Atualmente, temos nos fortalecido cada vez mais por meio da aproximação das nossas redes e organizações, unificando forças na defesa dos nossos direitos enquanto mulheres lideranças e guerreiras, geradoras e protetoras da vida.

Um exemplo disso foi a nossa "I Primeira Marcha das Mulheres Indígenas", que aconteceu em Brasília, nos dias 10 a 14 de agosto deste ano. Tive o prazer de fazer parte da construção junto com outras parentas indígenas. Reuniram-se 2.500 (duas mil e quinhentas) mulheres indígenas, numa diversidade de mais de 100 (cem) povos. Ecoamos nossas vozes ao mundo, dizendo que nossa luta é em defesa da nossa Mãe Terra e por toda vida que nela há. Trouxemos como pauta as nossas resistências e estratégias de luta frente ao retrocesso e desmonte das políticas indigenistas. Foi muito fortalecedor



Créditos: Arquivo pessoal

perceber a importante e significativa presença da juventude e mulheres indígenas, principalmente das jovens mulheres. Trazer a juventude e mulheres nesses espaços tem sido nosso principal compromisso. Seguimos unidas e fortes na defesa dos nossos direitos legítimos e territórios. Semeando e multiplicando nossas lutas e seguindo os ensinamentos daquelas que nos antecederam, nos significando como protagonistas da nossa história e guardiãs dos conhecimentos e do sagrado dos nossos povos.



Créditos: Arquivo pessoal



Créditos: Arquivo pessoal

"Ser estudante universitária significa ser parte de uma história de lutas e resistências. Significa assumir um compromisso de levar essa luta adiante, por meio do domínio da caneta do branco!"

# IF TRANSPARENTE

## FOMENTO À PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE

Autores(as): Paulo Sérgio Carnicelli

Palavras-chave: Participação popular. Cidadania. Transparência. Controle social.

Créditos: Paulo Sérgio Carnicelli



Palestra com o Professor Neto

A participação popular, assegurada na Constituição Federal de 1988, começa a ocorrer de fato quando o cidadão tem sua atuação voltada para o interesse da coletividade, sem se deixar abalar por interesses individuais, buscando sempre que sua participação na Administração Pública gerem benefícios à sociedade em que está inserido. Partindo desta premissa, o controle social pressupõe que haja avanços nas sociedades democráticas, colocando mudanças profundas na relação entre o Cidadão e o Estado.

Com essa premissa em mente, em meados de 2015, havia certos clamores por mais transparência do Instituto Federal do Paraná (IFPR) em relação a quase tudo. Pouco se sabia sobre o que a instituição fazia em suas atividades e como alocava seus recursos. As informações, embora esparsas e não muito direcionadas, estavam no site, mas não refletiam a realidade de cada campus, tendo o usuário da Lei de Acesso a Informação (LAI), criada em 2011, que dispor de tempo e paciência para buscar os dados que lhe

interessavam.

Desta forma, juntamente com os servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Campus Ivaiporã, foi criado o Projeto “Transparência Ativa e Dados Abertos”, que tinha como único objetivo disponibilizar o rol mínimo de informações previsto na LAI em uma página no site da Unidade. Assim, após levantamento realizado no site da Reitoria, implementou-se o banner de acesso à informação na página principal do câmpus, contendo informações sobre servidores, contratos, diárias, licitações e demais informações apenas do Campus Ivaiporã. Pronto. O projeto havia completado seu objetivo.

No entanto, com o passar das semanas um questionamento veio à mente: de que adiantaria disponibilizar os dados abertos, se o cidadão talvez não soubesse usá-los ou para que serviriam? De que adiantaria estarem disponíveis, se o usuário não souber por que deve fiscalizar os recursos empregados a partir dos impostos que ele paga?

Então, surgiu a ideia de disponibilizar à comunidade os conhecimentos diretos e indiretos, para que esta atuasse diretamente de forma ativa como agente inibidor da corrupção, por meio da transparência e a partir dos seguintes objetivos:

- Afirmar a cultura de acesso à informação iniciada a partir da lei 12.527/11 e a lei anticorrupção;
- Propiciar a fiscalização da sociedade e comunidade do IFPR em Ivaiporã frente aos recursos públicos e conduta de seus agentes;
- Estimular ambientes e espaços de discussão sobre cidadania;
- Promover ações afirmativas de cidadania e estímulo ao pensamento crítico no campo da ética, onde se insere a transparência, no setor público.

Como realizar essas atividades? Para isso foi preciso recorrer a programas de bolsas a estudantes que participam de projetos inclusão social e de extensão do IFPR (Programa Institucional de Apoio a Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária - PIBIS e Programa Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX, modalidade Junior) e ao Programa Institucional de Apoio às Ações de Extensão (PIAE), para que fosse possível produzir

material gráfico e realizar momentos de discussão com a comunidade por meio de palestras (gravadas ou presenciais), como a famosa “Qual é a tua obra?”, de Mário Sérgio Cortella, as “10 Medidas Contra a Corrupção”, que era um tema em evidência à época, além de uma conversa com o professor do Campus, Henrique Fernandes Alves Neto, sobre o “Modus operandi em Terra Brasilis”, que abordou o “jeitinho brasileiro” e sua contribuição para as pequenas corrupções.

Não obstante, aproveitou-se todos os temas que vinham sendo tratados, de forma a



Créditos: Comunicação IFPR

COMUNICAÇÃO

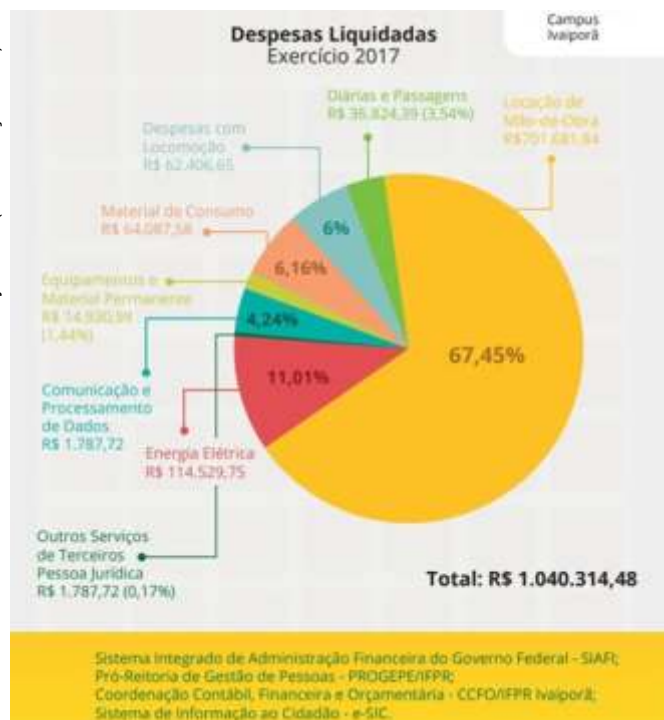
Quanto vale meu campus?

conscientizar o cidadão sobre seu papel no controle social e exercício de seu direito de fiscalizar por meio de uma oficina, cujo tema foi: “Mobilizações coletivas: A arte de reivindicar”. Nela, os participantes aprenderam algumas dicas sobre como exercer seu direito de livre expressão por meio da confecção de cartazes e técnicas em que traziam a atenção do público para suas reivindicações.

Logo foi percebido que seria necessária uma abordagem ainda maior que os encontros presenciais no câmpus e foi decidido criar um perfil em rede social (Facebook), para divulgar a ideia.

Inicialmente, qualquer conteúdo direcionado a transparência fazia parte da pauta, como a série “Você paga este político para:” da revista Super Interessante, que era a “reunião dos piores – e também mais curiosos – projetos de lei apresentados por nossos deputados”.

Créditos: Lisley Franco (Comunicação IFPR)



Despesas de Ivaiporã 2017

Assim que teve início a participação discente no projeto, foi possível iniciar uma abordagem direcionada às dúvidas e curiosidades deles sobre o tema da transparência aplicada ao nosso câmpus. Em um curto espaço de tempo e de divulgação, foi verificado que os conteúdos com maior direcionamento concentravam grande parte das visualizações que as demais postagens que abrangiam de forma mais superficial corrupção ou, até mesmo, um conteúdo direcionado a informações da Reitoria do IFPR.

Assim, em 2017, o projeto visava a explorar um pouco mais essa abertura junto à comunidade e ao público que acompanhava as publicações da página. Ou seja, se majoritariamente o público do projeto estava concentrado em usuários do IFPR, sobretudo aqueles da região de Ivaiporã ou, ainda, os alunos que fazem uso direto da unidade de Ivaiporã, nada mais efetivo que produzir conteúdo direcionado a este público.

Não restam dúvidas que foi o período em que mais se conseguiu produzir material direcionado aos usuários do IFPR. O projeto foi potencializado a partir da parceria com o Projeto “Análise de Criação: Experiência de cinema IFPR”, sendo possível transformar muitas das ideias em conteúdo de vídeo a partir de dúvidas, reclamações e sugestões de alunos de outros campi do Instituto.



Créditos: Comunicação IFPR



36º SEURS e V Jornada Científica

Créditos: Organização do Evento



Créditos: Paulo Sérgio Carnicelli

## Você paga este político para:

Luiz Nishimori, deputado federal do PR-PR, defende isentar de impostos de importação, Cofins e ICMS todos os artigos voltados para a prática de golfe.

Conheça projetos de lei (úteis e nem tão úteis assim) apresentados no Plenário pelos nossos deputados



Créditos: Revista Super Interessante

Acompanhamento de Obra e Você paga este político para?

Um desses exemplos é o vídeo “Pagamento de bolsas a estudantes – IFPR”, que foi elaborado a partir de um pedido de acesso a informação do bolsista Joel Júnior à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFPR - PROEPPI/IFPR. A resposta foi transformada em um vídeo de animação com a narração de outra bolsista, Glória Gabriela, que posteriormente foi distribuído a todos os servidores da instituição, de forma a tornar mais claras as informações.

Outro vídeo produzido pelo projeto foi o “Preserve o nosso Campus”, que foi hospedado na página do IF Transparente no Facebook. Nele a estudante Glória percorreu os ambientes do campus à procura de depredações e mobiliários danificados pelo mau uso ou

vandalismo e, ao final, compilou tudo em um vídeo de aproximadamente trinta segundos a fim de conscientizar os usuários de que “preservar o patrimônio público é um dever que garante o direito de todos”.

Além desse alcance do projeto por meio da internet, houve boas possibilidades de ampliação da divulgação da proposta por meio de participação em eventos destinados à extensão, seja ele no âmbito do IFPR ou em outras instituições de ensino. Foram marcadas presenças no Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação (SE<sup>2</sup>PIN) em 2017 e 2018, e no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) em sua 35<sup>a</sup> e 36<sup>a</sup> edições. Sobre o SE<sup>2</sup>PIN, nas duas participações mencionadas, o projeto teve a honra de ser premiado como destaque da Categoria “Comunicação”, e com isso, em 2018, teve a oportunidade de participação na V Jornada de Produção Científica da Região Sul, realizada no Instituto Federal Catarinense (IFC) na cidade de Concórdia, Santa Catarina (SC).

Para além da experiência exitosa acima, a proposta de contribuição para o desenvolvimento do discente que ingressa no projeto consiste, inicialmente, em fomentar junto ao aluno a consciência de fiscalização do que é público e que está sendo usufruído por ele.

Em um primeiro momento, partiu-se do pressuposto de que quanto mais cedo o sujeito conhece as ferramentas, então sua fiscalização tem a possibilidade de iniciar-se na mesma linha temporal. Assim, o pensamento e análise crítica dos recursos públicos disponibilizados o fariam tornar-se agente relevante no processo de fiscalização e utilização de forma responsável dos meios públicos, tendo atuação como agente inibidor da corrupção.

Contudo, em uma análise posterior e com os relatos dos ex-estudantes bolsistas, parece que estes não têm ideia da magnitude do projeto e da obra que eles deixaram enquanto participantes da proposta. Quando se amplia o campo de visão e buscam-se relatos com os usuários e seguidores da página no Facebook, bem como aqueles que compartilharam conteúdos ou participaram dos eventos realizados, pode-se perceber uma pequena, porém visível mudança de alguns hábitos em relação ao controle social e até mesmo o modo de interpretar os dados e informações abertas.

Tal mudança de comportamento só foi possível pela possibilidade de transitar entre as várias áreas do pensamento que envolvem os temas relacionados à transparência, atributo da ética. A intenção é a de que aqueles que têm contato com a proposta de extensão possam realizar interligações entre a situação atual vivida no país com suas realidades locais, partindo das inquietações deixadas pelos eventos realizados ao longo do projeto. Essas ações têm como norte estimular o cidadão, sobretudo o discente bolsista e demais alunos do IFPR ao exercício da cidadania.

Ao participar das ações do projeto, os discentes tiveram e têm a oportunidade de enriquecer sua formação, sendo integrados em um projeto que propicia uma atitude reflexiva e crítica que estimula seu desempenho criativo no universo tecnológico da sociedade moderna.

Desde um primeiro momento se teve em mente que a proposta poderia ser algo que não despertasse o interesse dos alunos além do incentivo financeiro disponibilizado nos programas de bolsas de extensão do IFPR. Afinal, qual é o interesse de ficar em frequente vigilância ao gasto público enquanto se está no Ensino Médio?

A proposta procurou se adequar ao modo como o estudante aprende e o que lhe interessa em sua vida acadêmica. Com isso, foi possível que o projeto IF Transparente não fosse algo perene, mas um projeto que se renova junto com as habilidades de seus bolsistas e parceiros.

*“A minha participação no projeto aconteceu em uma parceria entre o projeto por mim orientado na época (Análise de criação: experiência de cinema no IFPR) e o projeto do Paulo, a fim de criarmos um vídeo, com uma linguagem acessível, para explicar como é feito o pagamento de bolsas no IFPR. O desafio de criação foi incrível e, por conta do vídeo, conseguimos adquirir experiência na produção de vídeos e que resultou na criação de outro projeto de extensão”.*

**Henrique Fernandes Alves Neto**  
Professor do Campus Ivaiporã

*“Achei legal minha participação no projeto. Como tenho afinidade com programação, achei muito interessante como a área de tecnologia da informação tem grande importância no processo de transparência, tornando o acesso ao cidadão mais inclusivo”.*

**Joel Camargo do Nascimento Junior**  
Ex-aluno e bolsista do IFPR

# JOGOS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (ISTs)

## UMA RELAÇÃO SEXUALMENTE RESPONSÁVEL

**Autores(as):** Guilherme Sachs, Luana Cheven Perbore dos Santos, Natara Duane Borges de Castilhos, Larissa Diniz Ribeiro, Caio Guilherme Secco de Sousa, Tayrone Pacheco, Othávio Augusto Almeida Rodrigues, Laís Rodrigues da Silva

**Palavras-chave:** Sífilis. AIDS. Jogos educacionais.

Créditos: Luana Cheven Perbore dos Santos

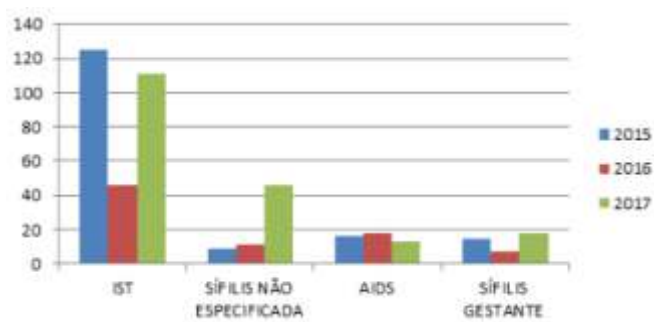


Servidores Natara e Caio e alguns cursistas

O projeto Jogos e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) – uma relação sexualmente responsável surgiu de uma pesquisa realizada pelo estudante Tayrone Pacheco, que propôs aos professores Guilherme Sachs e Luana Cheven Perbore dos Santos a criação de um projeto sobre a temática de saúde. Na breve pesquisa sobre as ISTs, definiu-se a temática do projeto e a situação das doenças em âmbito regional e local (Paraná e Telêmaco Borba, respectivamente).

A região sul do país é a região com maior número de casos acumulados de AIDS – 30,5 casos para cada 100.000 (cem mil) habitantes (SILVA, JACOB & HIRDES, 2015).

Segundo informações do Sistema Nacional de Atendimento Médico, o número de casos de ISTs registrados no município de Telêmaco Borba está em um patamar preocupante, conforme o gráfico a seguir:



(Gráfico dos autores)

O número de casos de sífilis e de sífilis entre gestantes cresceu em 2017. As ISTs, no geral, tiveram uma queda de 2015 para 2016, mas voltaram a crescer em 2017. O registro de casos de AIDS não teve queda significativa, como seria desejável.

Tanto o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPR (PDI), como o Projeto Político Pedagógico do Campus Telêmaco Borba (PPP), vigentes na ocasião da pesquisa, não traziam a questão das ISTs e sua necessidade de trabalho junto a

adolescentes e jovens. Esse projeto buscou suprir essa lacuna, a partir do objetivo principal de contribuir para a disseminação de informação sobre ISTs, em especial Sífilis e AIDS, entre adolescentes e jovens, por meio de jogos já existentes e desenvolvidos, sob uma perspectiva de gênero e socioambiental. Atualmente, o projeto ainda encontra-se em andamento e apenas sua primeira etapa foi cumprida.

Inicialmente, planejou-se um curso de extensão de 20 (vinte) horas para atualizar os(as) colaboradores(as) e pessoas da comunidade interessadas no assunto. Após discussões no grupo, definiu-se um curso em parceria com outros projetos, a fim de capacitar sobre as temáticas em comum. O curso ofertado foi denominado "Educação, Meio Ambiente e Saúde: buscando estratégias para uma sociedade mais saudável e sustentável por meio de projetos educativos" foi uma parceria entre os seguintes projetos:

- **AORTA** - arte na horta horta na arte - horta artística e comunitária.
- **Educação Ambiental para a Cidadania e Preservação da Natureza** - construção de uma horta orgânica comunitária para atividades de ensino e extensão.
- **Jogos e Infecções Sexualmente Transmissíveis** - uma relação sexualmente responsável.
- **PreservArt** - pensando o meio ambiente através da arte e do Artesanato.
- **Programa de Educação e Gestão Ambiental.**
- **Reutilização de materiais da coleta seletiva para a construção de experimentos educativos para o Ensino Médio.**

Essa união possibilitou um olhar amplo sobre as temáticas de forma transdisciplinar, demonstrando como os problemas não se limitam a soluções simples e compartimentadas.

*"O desenvolvimento deste projeto me proporcionou novas experiências não só na parte pedagógica mas também humanística e intelectual. O esforço realizado por todos vem trazendo resultados grandiosos, e as expectativas futuras para a finalização do projeto não vão deixar a desejar".*

**Laís Rodrigues da Silva**  
bolsista do projeto.



Servidor Guilherme e bolsista Laís com prêmio do SE²PIN

*"Tem sido um desafio pensar um jogo que seja atraente para uma geração cada vez menos acostumada com cartas e tabuleiros físicos. Porém, acreditamos que teremos sucesso quando o aplicarmos em escolas da região".*

**Guilherme Sachs**  
coordenador do projeto.

O curso ministrado por servidores(as) colaboradores(as) dos projetos iniciou-se em agosto de 2018. A pedagoga Larissa Diniz Ribeiro abriu o curso com a temática da Educação Especial Inclusiva, trazendo alguns conceitos relacionados às necessidades educacionais específicas e as particularidades dos casos de transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades, distúrbios de aprendizagem, deficiências físicas, intelectual, auditiva, visual e múltipla e transtornos psiquiátricos. Destacaram-se algumas das ações de conscientização em relação à inclusão, tão necessária para a organização de projetos educativos que promovam igualdade, que é o que busca o projeto aqui relatado.

Ainda no momento do curso, o docente Guilherme Sachs abordou a relação, muitas vezes esquecida, entre as questões ambientais, de desigualdade de gênero e a educação. Foram apresentados vários exemplos dessa relação, como o fato de que nas regiões onde há falta de água, sua busca a muitos quilômetros de distância fica, em geral, a cargo das meninas e mulheres. Estes fatores as expõem mais à violência, ao estupro e às ISTs), e também pode reduzir ou eliminar sua participação na educação escolar. Os(as) participantes do curso, em geral, se mostraram surpresos com as relações que não haviam pensado e, nas discussões, ressaltaram a importância de se entender as problemáticas de modo global.

Finalizando o curso, a docente Patrícia Vanat Koscianski abordou a importância de uma abordagem Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) para se pensar em projetos educativos, incluindo a temática das ISTs. Assim, explicou que o posicionamento epistemológico/ideológico da sigla CTS é primordial nas diferentes instâncias educacionais, para possibilitar reflexões em relação ao meio ambiente, a desigualdade social e o subdesenvolvimento humano e tecnológico em vários locais do mundo (BAZZO, 2016).

*“O projeto é muito importante para conscientizar de forma lúdica jovens e adolescentes sobre os riscos e danos que as ISTs podem causar. Jogos sobre essa temática pode alcançar melhor o público alvo”.*

**Johni Lipes Siqueira**  
colaborador externo do projeto.

Em setembro ocorreu o segundo encontro, ministrado pela técnica de laboratório Natara Duane Borges de Castilhos, com o intuito de exemplificar instituições sustentáveis no Paraná, no Brasil e no mundo. Com isso, destacou-se que, para desenvolver projetos educativos social e ambientalmente responsáveis, é vital buscar conhecer outras experiências. Discutiram-se experiências que deram certo e outras que enfrentaram problemas, mostrando que, ao longo dos anos, países com um maior desenvolvimento socioeconômico criaram metodologias de coleta, reutilização e diminuição de resíduos que são exemplos para a atualidade. Quanto à produção de jogos educativos, a utilização de materiais descartados é promissora. Os(As) participantes se sentiram motivados(as) com as exemplificações e optaram por discutir um método de sustentabilidade que pudesse se adequar ao campus e à cidade, bem como ações educativas que promovam, igualdade sustentabilidade e saúde.

O terceiro encontro deu-se também em setembro, quando o docente Caio Guilherme Secco de Souza destacou os principais problemas ambientais ocasionados por ações antrópicas, tanto em escala global quanto nacional, relacionando-os com a saúde humana. Todas essas temáticas serviram de base teórica para demonstrar a relação que os

problemas ambientais podem ter com a saúde humana. Baseando-se nessa relação entre meio ambiente e saúde, estratégias educativas, tais como os jogos, podem e devem ser trabalhadas para a melhor compreensão de como ações antrópicas no meio ambiente podem afetar a saúde humana.

O quarto encontro do curso ocorreu no final do mês de setembro, quando a docente Luana abordou as principais ISTs emergentes na região: Sífilis e AIDS. Foram apresentadas estatísticas sobre a incidência das doenças em âmbito nacional, estadual e municipal e discutidos quais os possíveis fatores que aumentaram a detecção dessas infecções em Telêmaco Borba no período de 2015 a 2017. Em seguida, informações biológicas mais específicas sobre as doenças foram apresentadas. Essas informações foram importantes para atualizar os participantes do curso, a fim de que fossem capacitados para desenvolver o projeto de extensão. Observou-se que houve satisfatória participação durante o encontro, principalmente por meio do relato de experiências sociais.

Em outubro o curso foi finalizado. O docente Caio abordou os principais tipos de resíduos sólidos gerados na natureza e também sobre os principais conceitos e exemplos relacionados com a prática da coleta seletiva para destinação adequada dos resíduos. Mais uma vez, ficou evidenciada a relação entre projetos educativos (no caso em questão a criação de jogos) e as questões ambientais. Os participantes foram estimulados a pensar sobre a criação de jogos com materiais reaproveitáveis a fim de reduzir a pressão do lixo sobre o meio ambiente.



Bolsista apresentando no Seminário de Pesquisa e Extensão do campus Telêmaco Borba

Créditos: Guilherme Sachs

# POESIANDO

## SARAUS E RESISTÊNCIA POÉTICA

Autores(as): Ana Karoline Martins, Giovanna Liz Cabral de Oliveira, Joyce Luciane Correia Muzi, Ligia Cristina Battezzati, Luciana Lomando Cañete

Palavras-chave: Literatura. Poesia. Sarau. Resistência. Empatia.



Sarau de Valentine's Day

O projeto Poesiando – Saraus e Resistência poética teve como objetivo promover a prática da declamação poética, tanto de poetas e escritores consagrados da literatura brasileira e universal, como dos próprios alunos do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus Curitiba, como meio de formação de plateia e de leitores. A página do Facebook, mantida pelo projeto para divulgação, e os eventos temáticos buscaram estabelecer um senso de comunidade unida pela poesia e pela arte. A poesia no contexto escolar resulta em momentos de reflexão e desenvolvimento da empatia que vão de encontro ao momento de consciência sobre si, característico da adolescência, como tão bem descreve o poeta mexicano Otávio Paz:

*...o adolescente, oscilando entre a infância e a juventude, fica suspenso por um instante frente à riqueza infinita do mundo. O adolescente se assombra de ser. E esse pasmo é seguido por uma reflexão: debruçado sobre o rio de sua consciência, ele se pergunta se esse rosto que aflora lentamente lá no fundo, é o seu. A singularidade do ser – pura sensação na criança – transforma-se em problema e pergunta, em consciência interrogante (PAZ, 2014, p. 13).*

Sendo o projeto uma ferramenta para ascender à singularidade do ser por meio da poesia inserida no cotidiano, a ideia do “ser” se desperta em uma série de críticas e apreciações sobre si mesmo. Ter um espaço de fala e escuta dentro da instituição, que acaba sendo o local onde os estudantes atentam os olhares para suas dúvidas e curiosidades é, portanto, uma necessidade. Assegurar um momento de realização artística como meio de coesão social para a comunidade institucional vai além de uma simples opção de lazer, para constituir-se num instrumento de formação de um indivíduo socialmente saudável.

*“O Poesiando me abriu muitas portas, a inspiração que eu não sabia onde aplicar e as poesias que eu não conseguia expor se libertaram, um projeto que traz toda forma de expressão por forma da escrita, e incentiva toda a arte! A cada vez que eu recitava, na próxima as poesias estavam melhores e eu menos nervosa, um projeto realmente maravilhoso!”*

**Giovanna Liz Cabral de Oliveira,  
aluna do integrado do Campus Curitiba**

O Poesiando está inserido no contexto de uma instituição de formação técnica e, portanto, envolve uma comunidade jovem, que necessita de momentos de entretenimento, fruição, lazer, e principalmente, de humanização. Ao tratar da travessia da fase adolescente para a fase adulta, Tripoli descreve:

*Mais do que lugar para aprender e preparar-se para o futuro, no entanto, a escola é lembrada como lugar onde se realiza a socialização. Os atores sociais falam de escola como o melhor lugar dessa travessia, porque lá se encontra o seu grupo de referência. Sentem saudades da escola porque lá se dá a cumplicidade, a relação afetiva, o entendimento de seus sentimentos. Na escola, os adolescentes falam de suas angústias, de seus problemas e sucessos, e são ouvidos principalmente por seus pares. Há também uma realização social com os demais atores, como funcionários, coordenadores, diretores e professores: é a 'segunda casa' (TRIPOLI, 1998, p. 145).*

O projeto acontece no Campus Curitiba desde 2017, por iniciativa independente da aluna Ana Karoline Martins, aliada aos interesses e engajamento de estudantes de todos os cursos técnicos integrados. Tal iniciativa obteve ótima recepção por parte da comunidade discente, o que gerou a necessidade de estruturação e ampliação das

atividades para consolidar o alcance do projeto. Antônio Candido, em seu texto O direito à literatura, preconiza que:

*...a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (CANDIDO, 1995, s.p.).*

Também motiva o projeto a fala do poeta Sérgio Vaz, quando diz que pretende democratizar a palavra, utilizando-a como uma ferramenta obrigatória à poesia, de forma que ela se torne tão cotidiana que sua percepção seja além de uma métrica conceitual e elitizada: “pode faltar métrica, mas nunca falta ética” (VAZ, 2018). Assim, entendemos que todas as formas de arte se encaixam na perspectiva de enfrentarmos com poeticidade nossas vidas cotidianas. A prática de sarau poéticos durante o intervalo dos turnos das aulas no Campus Curitiba, desde 2017, traz, ainda que de forma inconsciente e espontânea, semelhança com espectadores que como leitores do mundo, fazem-no e interpretam-no também.



Créditos: Isabella Raichert (2 e 4), Larissa Gottardello (3), Luã Doerdein (1)

Sarau do Dia da Mulher (1), Sarau Poético (2), Sarau em memória de Lee Huang (3), Sarau de Valentine's Day (4)



Último Sarau de 2018

Entre as ações desenvolvidas desde o início do projeto estão a realização de saraus temáticos, que acontecem nos intervalos de almoço, e exposições de poesias que contam com a participação da comunidade acadêmica do Campus Curitiba. Em 2018, o I Concurso de Poesia do IFPR Campus Curitiba, promovido pelo projeto, divulgou as 10 poesias pré-selecionadas pela comissão avaliadora e, com apoio da direção do Campus, premiou as 3 mais votadas pelo público na página do Facebook. A página do Poesiando no Facebook é um importante meio de divulgação de eventos relacionados ao projeto e de publicação de textos literários, acessada por significativa parte da comunidade acadêmica. Outra atividade realizada foi a oficina de preparação para textos literários, que consistiu na leitura e interpretação de editais (Prêmio Escriba de Piracicaba e Prêmio Celso Esperança), seleção de textos próprios, revisão e preparação dos textos para participação. Os editais foram selecionados seguindo o critério de proximidade da data de inscrição e compatibilidade com a faixa etária dos alunos. Houve também a participação da aluna Ana Karoline como colaboradora nas aulas de Língua Portuguesa I, com leitura e interpretação de textos poéticos.

Desde o seu início e com o fortalecimento e ampliação das ações, o Poesiando pretende inserir no cotidiano de toda a comunidade do IFPR Campus Curitiba, e também além de seus muros, a cultura poética e literária, torná-la acessível, visível e essencial no dia a dia. Uma breve interação com os alunos do Campus Curitiba ou o acesso à página do Facebook comprovam que a cultura poética se estabelece como uma conexão entre os estudantes. Os encontros promovidos pelo projeto proporcionam a comunicação, a sensibilização e despertam relações de afetividade, tão importantes para as nossas vidas.

O desenvolvimento do olhar para si e para o próximo nos torna mais humanos, compreensivos e empáticos. Em 2018, o projeto Poesiando foi premiado como melhor trabalho de extensão, na VIII Jornada de Produção Científica do IFPR Campus Curitiba, e na categoria Cultura, no VII SE<sup>2</sup>PIN, realizado em Londrina.



Premiação no VII SEPIN

*“Minha autoconfiança pra falar de amor e outras coisas assim na frente das pessoas aumentou. Agora posso fazer isso com tranquilidade.”*

**Bruno Ruf,**  
egresso do integrado do Campus Curitiba



Foto da equipe com os prêmios de 2018

# TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

## PROJETO DE EXTENSÃO E A OPORTUNIDADE DA PRAXIS, INTEGRAÇÃO ASSISTÊNCIA E PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Autores(as): Berenice Tomoko Tatibana, Fernanda de Souza, Osvaldo Pedro Panzo, Carlos Alexandre Bertoncelo, Juliana Mariano Massuia Vizoto, Manoel Martin Júnior

Palavras-chave: Pessoal Técnico de Saúde. Saúde Bucal. Educação em Saúde.

Créditos: Próprio autor



Projeto de extensão: alunas do curso TSB em atendimento clínico preventivo odontológico.

O trabalho relata a experiência de um processo ensino-aprendizagem que utiliza metodologias participativas e propicia capacitação e assistência a pacientes oncológicos. Há a integração da educação e saúde, que contribui para a melhoria da qualidade do processo de atenção em oncologia/odontologia e realiza a formação integral dos estudantes com ações de promoção, prevenção e atenção à saúde. Há a sinergia com as ações de um Projeto de extensão, denominado “Estudo e Apoio no Processo de Atenção e Prevenção ao Câncer de Boca” (EAPAPCB), e a aprendizagem por meio da participação ativa como um dos elementos-chave, o que permite a vivência de desafios, reflexão e a tomada de decisões frente aos fatos e questionamentos reais. Trabalha a Saúde Coletiva como área de conhecimento, na qual as concepções teóricas e técnicas de abordagem aprimoram o entendimento das inter-relações

dos fenômenos. Do lado Institucional, traz resultados que induzem futuros projetos que estimulam o aprimoramento das ações da comunidade acadêmica e abre campo para elaboração de uma *praxis* que traz a Promoção da Saúde para a produção do conhecimento.

Nosso objetivo é relatar a experiência de um projeto de extensão executado pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR), com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que trabalha com um processo educacional formativo aplicado no curso Técnico em Saúde Bucal (TSB). As ações são desdobramentos do projeto de extensão vinculado EAPAPCB, que tem como objetivo integrar centros de ensino e pesquisa - que têm seus próprios processos de formação de profissionais e de geração de conhecimento – buscando a criação de produtos, serviços e empreendimentos sustentáveis para compor uma Rede de

parceiros Públicos e Privados de Pesquisa e Atenção ao Paciente com Câncer Bucal em Londrina para desenvolver projetos de pesquisa científica e tecnológica e social.

As ações desenvolvem-se em campos de prática clínico, ambulatorial e hospitalar, propiciando treinamento em serviço (Fig. 1 e 2). O público atendido são pacientes oncológicos encaminhados pelo setor da Bucomaxilofacial do Hospital de Câncer de Londrina (HCL), um Centro de referência regional em oncologia do Norte do Paraná. Envolve alunos do curso TSB e bolsistas (PIBEX e PIBIC- Jr/PROEPI/IFPR), professores e pesquisadores do IFPR e equipe de profissionais do ambiente hospitalar.

No ensino, a base de apoio é a Pedagogia de Projetos - teorias desenvolvidas pelo filósofo John Dewey- fundamentada na ideia de que o conhecimento é construído pelo sujeito. Há a valorização da participação do educando e do educador, aqui não mais centrado na figura do professor, mas de todos os sujeitos que se envolvem no processo ensino-aprendizagem, tornando todos responsáveis pela elaboração e desenvolvimento de cada ação do projeto. Há a sinergia com as ações de um Programa de extensão e a aprendizagem por meio da participação ativa como um dos elementos-chave, o que permitiu a vivência de desafios, reflexão e a tomada de decisões, frente aos fatos e questionamentos reais de cada ambiente e interação com a comunidade.

Estabeleceu troca de saberes, que foram sistematizados e transformados em dados para produção de trabalhos científicos (Fig. 3, 4 e 5), sendo premiado como melhor trabalho na categoria Extensão, área de conhecimento Saúde, na modalidade Nível Médio, no VII Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação do IFPR- SE<sup>2</sup>PIN. Houve contribuição no formativo do aluno TSB do IFPR e envolvimento de alunos, professores e profissionais que atendem no HCL e de seus pacientes.

Com o início do atendimento ambulatorial, melhorou-se a assistência aos pacientes encaminhados e disponibilizou-se a laserterapia e cuidados odontológicos de prevenção e promoção de saúde. Isso levou ao amadurecimento do projeto de extensão, agora com um consultório odontológico na estrutura física do HCL e a proposta pela equipe de professores do IFPR - membros do projeto EAPAPCB e de outro projeto de extensão que disponibiliza reabilitação protética oral - a proporem, como segunda fase, e com outras parcerias, um projeto de Residência Odontológica e a buscar a viabilização de um Centro de Reabilitação Orofacial vinculado a assistência e diagnóstico, primado em promoção da saúde bucal e assistência loco regional, principalmente para melhoria do processo de atenção ao paciente com câncer bucal, o que inclui as terapias integrativas e complementares como a laserterapia e a



Alunos bolsistas PIBEX /IFPR e PIBIC-Jr/IFPR em evento de inovação (Feira tecnológica)

ozonioterapia. Desta maneira, busca-se o incremento de pesquisas e ações de extensão.

Do lado institucional, trouxe resultados que fortalecem a execução e elaboração de uma praxis em um conhecimento que traz a promoção da saúde como aporte da produção do conhecimento, do confronto com a realidade. Atende a necessidade do curso TSB e permite ao aluno vivenciar e aplicar o conhecimento técnico formal no mundo real apresentado pela Extensão.

Podemos afirmar que as principais contribuições foram o trabalho para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes atendidos e a formação integral dos estudantes, com realização de ações de promoção, prevenção e cuidado assistencial e propositura, como desdobramento de novos projetos que poderão ser estruturados na forma de um Programa de atenção, formação e assistência odontológica, tornando realidade que o IFPR seja um centro de referência na Promoção da Saúde e qualidade de vida.



Créditos: Próprio autor

Aplicação laserterapia em paciente oncológico para tratamento da mucosite oral

### Relato da aluna bolsista PIBEX, durante a **V Jornada de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica da Região Sul**

Integração e conhecimento\* – Fernanda de Souza, aluna do curso técnico subsequente em Saúde Bucal, bolsista PIBEX, do Câmpus Londrina/IFPR, membro do Projeto EAPAPCB, apresentou um trabalho sobre o processo de apoio do técnico em saúde bucal em pacientes oncológico e, durante o evento, relatou: *“Eu vim falar sobre a relevância da práxis, que é aplicação prática do que aprendemos das aulas teóricas; sobre o processo de aplicação da laserterapia em pacientes do SUS que não têm acesso a essa tecnologia; e defender a importância das bolsas de extensão, que nos proporcionam essas experiências”*.

A estudante afirmou que participar de eventos como a Jornada foi bastante valoroso para sua formação acadêmica. *“Estou ansiosa em conhecer o trabalho dos meus colegas. Pelo que já conversei com o pessoal, tem vários projetos que, embora sejam na mesma área em que a minha, são totalmente*

*diferentes, coisas que nem imaginava. Em eventos como esse, que estar no Instituto não é apenas ir pra aula, estudar, tira nota; a gente pode fazer a diferença. Participar de projeto como estes faz com que você entenda que sua formação é algo relevante também para a sociedade”, disse.*



Aluna bolsista PIBEX apresentando trabalho na V Jornada de Produção Científica

(\*)Fonte: IFC – Notícias. V Jornada de Produção Científica reúne estudantes dos IFs da região Sul no Campus Concórdia. Publicado em 7 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://noticias.ifc.edu.br/2018/12/07/v-jornada-de-producao-cientifica-reune-estudantes-dos-ifs-da-regiao-sul-no-campus-concordia/>>

## A democracia e a representatividade feminina no século XXI, na vivência de mulheres em cargos eletivos no interior do Paraná: Umuarama e Cruzeiro do Oeste

CHADE, J. Brasil tem menos mulheres no Legislativo que Oriente Médio. *Jornal Estadão on-line*, 06/03/2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-menos-mulheres-no-legislativo-que-oriente-medio,1645699>>. Acesso em 20/03/2018.

FERRICHE, E. & MACÁRIO, L. Estudo analisa nova composição da Câmara por gênero e raça. *Rádio Câmara, Com a Palavra*, 09/10/2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/COM-A-PALAVRA/475678-ESTUDO-ANALISA-NOVA-COMPOSICAO-DA-CAMARA-POR-GENERO-E-RACA.html>>. Acesso em 20/03/2018.

PORTAL BRASIL. Mulheres comandam 40% dos lares brasileiros. *Governo do Brasil, Cidadania e Justiça*, 08/05/2015, disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/mulheres-comandam-40-dos-lares-brasileiros>>. Acesso em 20/03/2018.

VAZ, G. (2008). A participação da mulher na política Brasileira: a lei de cotas. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização em Processo Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, da Câmara dos Deputados.

### Ações de Sensibilização Ambiental na Escola Municipal São Francisco de Assis - Umuarama/PR

SATO, M. *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima, 2003.

### Biblioterapia - Criando Laços com Livros

OUAKNIN, M. A. *Biblioterapia*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BECK, J. S.; COSTA, S. *Terapia cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 1997, c 1995.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 6, n. 12, p. 32-44, jan. 2001.

ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2001v6n12p32/5200>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

CARROLL, L. *Alice no País das Maravilhas*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

COELHO, P. Cada dia é único. Disponível em: <[https://www.pensador.com/mensagens\\_de\\_paulo\\_coelho/](https://www.pensador.com/mensagens_de_paulo_coelho/)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SAINT-EXUPÉRY, A. de. *O pequeno príncipe*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

### Civilizações em conflito: os povos indígenas e as políticas de Governo do Paraná (1853-1930)

AMOROSO, Marta. *Terra de índio: imagens de aldeamentos do Império*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

Arquivo Público do Paraná. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 10 de dez. 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

SOUZA, Almir Antonio de. *Armas, pólvora e chumbo: A expansão luso-brasileira e os índios do Planalto Meridional*. Guarapuava: Editora UFPR; Editora UNICENTRO, 2015.

#### LEITURA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, Berta. *O índio na história do Brasil*. São Paulo: Global, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

### Condução de grupos de terceira idade pelo Parque Municipal São Francisco de Assis: um rico espaço de troca de saberes entre estudantes condutores e visitantes

SCHNEIDER, V. E.; CARRA, S. H. Z.; ZULIAN, A. Agentes ambientais da melhor idade: projeto de formação de multiplicadores de conhecimento com o público da terceira idade. In: CONGRESSO ABES FENASAN, 2017, São Paulo- SP. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://www.tratamentodeagua.com.br/artigo/agentes-ambientais-terceira-idade/>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

TOMAZELLO, M.G.C.; FERREIRA, T.R.C. Educação ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos? *Ciência & Educação*, v.7 n.2, p. 199-207, 2001



## Curso de formação continuada para professores de Física e Ciências das Escolas Públicas Estaduais da região de Telêmaco Borba

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União.

### LEITURA COMPLEMENTAR

BRASIL. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN+): Ciências da Natureza e suas Tecnologias (MEC, Brasília, 2002).

\_\_\_\_\_. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (MEC, Brasília, 2008).

Pacheco, E. M. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

Plano de Curso – Licenciatura em Física - Campus Telêmaco Borba, 2016.

PINTO, S. P.; FONSECA, O. M. Formação Continuada de Professores: Estratégia Para o Ensino de Astronomia nas Séries Iniciais. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 24, n. 1: p. 71-86, abr. 2007.

SAUERWEIN, I. P. S.; DELIZOICOV, D. Formação Continuada de Professores de Física do Ensino Médio: Concepções de Formadores. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 25, n. 3: p. 439-477, dez. 2008.

## IF TRANSPARENTE: Fomento à participação ativa da sociedade

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano. Acesso à informação e Controle Social das Políticas Públicas. Brasília: ANDI: Artigo 19, 2009.

COBRA, Marcos. Administração de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (Brasil). Rumo a uma Cultura de Acesso à Informação: Lei 12.527/2011. Brasília, 2013.

NUNES, Clarice et al. Escola e Cidadania: aprendizado e reflexão. Salvador: Oea UFBA EGBA, 1989

PEREIRA, Renata Lucas. Comunicação Interna nas Relações de Trabalho dos Servidores do IFPR - Campus Ivaiporã. Ivaiporã, 2014.

Portal Brasil Escola, Sociedade da Informação no Brasil: Inclusão Digital e a Importância do profissional de TI. Disponível em <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/computacao/sociedade-informacao-no-brasil-inclusao-digital-a.htm>>. Acesso em 27 de Novembro de 2015.

TEECE, David. J. *Competition, cooperation, and innovation: organizational arrangements for regimes of rapid technological progress. Journal of Economic Behavior and Organization*, v. 18, p. 1-25, 1992

VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. Estudos avançados. V.21, n.60, São Paulo, 2007.

## Jogos e Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) uma relação sexualmente responsável

BAZZO, Walter Antonio. De técnico e de humano: questões contemporâneas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

SILVA, André Teixeira da; JACOB, Maria Helena Vianna Metello; HIRDES, Alice. Conhecimento de adolescentes do ensino médio sobre DST/AIDS no sul do Brasil. Aletheia, n. 46, p. 34-49, 2015.

## Poesiando – Saraus e resistência poética

PAZ, Otavio. O Labirinto da solidão. São Paulo: Cosac e Naif, 2014. P.13

POESIANDO IFPR. Página do Facebook. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/poesiandoifpr/>>. Acesso diário.

REVISTA PROSA, VERSO E ARTE. O direito à literatura. Disponível em: <<https://www.revistaprosaversoearte.com/o-direito-a-literatura-antonio-candido/>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SESC 24 DE MAIO. Entrevista com o poeta Sérgio Vaz - lançamento de "Flores de alvenaria". 19 de abril de 2018. Video - Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sesc24demaio/videos/1476283185816723/>>. Acesso em: 3 jun. 2018.

TRIPOLI, Suzana Guimarães. A arte de viver do adolescente: a travessia entre a criança e o adulto. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

VAZ, Poeta Sergio. A poesia é o principio de qualquer sonho. 20 de abril de 2018. Post do Facebook. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/poetasergio.vaz2/posts/a-poesia-%C3%A9-o-princ%C3%ADpio-de-qualquer-sonho/1682969478449129/>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

## Técnico em Saúde Bucal: Projeto de extensão e a oportunidade da praxis, integração assistência e processo ensino-aprendizagem

### LEITURA COMPLEMENTAR

- AKERMAN, M.; MENDES, R.; BÓGUS, C. M.; WESTPHALD, M. F.; BICHIRE, A.; PEDROSO, M. L. Avaliação em promoção da saúde: foco no "município saudável". *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n.36, v. 5, p. 638-646, 2002.
- BECKER, D.; EDMUNDO, K.; NUNES, N. R.; BONATTO, D.; SOUZA, R. Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. *Ciência saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 655-667, 2004.
- BOMTEMPO, L. et al. Os alunos investigadores. *Caderno Amae: pedagogia de projetos*, Belo Horizonte, p. 6-11, out. 2000. (Ed. Especial).
- BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.
- BUSS, P.M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, D; FREITAS, C.M. (orgs). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. p.15-38.
- BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. O que o Desenvolvimento Local tem a ver com a Promoção da Saúde? In: Zancan, L.; Bodstein, R.; Marcondes, W. B. (orgs.). *Promoção da Saúde como caminho para o Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2002, p. 15-37.
- CAMPOS, G. W.; BARROS, R. B.; CASTRO, A. M. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 745-749, 2004.
- CRISOSTIMO, Ana Lucia. A produção do conhecimento na extensão universitária: estímulos à pesquisa-ação. In: SCHIMIDT, Lisandro; CRISOSTIMO, Ana Lúcia; KIEL, Cristiane Aparecida (Orgs.) *O despertar para o conhecimento científico extensionista*. Guarapuava, Unicentro, 2011. 130p.
- DELORS, J. Os quatro pilares da educação. In: DELORS, J. et al. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para Unesco da Comissão internacional sobre educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 1998. Brasília: Unesco, 1996. p.89-112.
- Paulo Freire. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- LAVERACK, G.; WALLERSTEIN, N. Measuring community empowerment: a fresh look at organizational domains. *Health Promotion International*, Glasgow, v.16,n.2, p.179-85, 2001.
- LEITE, L. H. A. *Pedagogia de projetos: intervenção no presente*. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, p. 24-33, 1996.
- SMITH, B. H.; FITZPATRICK, J.; HOYT-HUDSON, P. *Problem Solving for Better Health: A Global Perspective*. Nova Iorque: Springer Publishing, 2011.
- TEIXEIRA, E.; MOTA, V. M. S. S. *Educação em Saúde - Tecnologias Educacionais em Foco*. Rio de Janeiro: Difusão, 2011.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.
- VASCONCELOS, E. M. (org.). *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede Educação Popular e Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- WESTPHAL, M. F. O movimento Cidades / Comunidades Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.39-51, 2000.